



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



KATIUSCA ELIANA GARCIA MARQUEZ

**FRONTEIRA E LAZER: AS TERRITORIALIDADES DOS JOVENS
BOLIVIANOS E BRASILEIROS NA FRONTEIRA SUL-MATO-
GROSSENSE COM O ORIENTE BOLIVIANO**

Corumbá – MS
2025

KATIUSCA ELIANA GARCIA MARQUEZ

**FRONTEIRA E LAZER: AS TERRITORIALIDADES DOS JOVENS
BOLIVIANOS E BRASILEIROS NA FRONTEIRA SUL-MATO-
GROSSENSE COM O ORIENTE BOLIVIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Linha de pesquisa: Políticas, Mobilidade Humana e Desenvolvimento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto
Mariani

Corumbá – MS
2025

KATIUSCA ELIANA GARCIA MARQUEZ

**FRONTEIRA E LAZER: AS TERRITORIALIDADES DOS JOVENS
BOLIVIANOS E BRASILEIROS NA FRONTEIRA SUL-MATO-
GROSSENSE COM O ORIENTE BOLIVIANO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado
Profissional em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre.

Aprovado em ____/____/_____, com Conceito_____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Professor Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

1º avaliador (a): Professor Dr. Anderson Luís do Espírito Santo
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

2º avaliador (a): Geraldino Carneiro de Araújo
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação foi possível graças ao apoio e colaboração de pessoas próximas que me motivaram para o desenvolvimento do conhecimento científico.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela fortaleza emanada nos momentos mais complicados e segundo ao meu orientador Professor Dr. Milton pela direção deste estudo.

Agradeço também aos professores e colegas do programa de pós-graduação em Estudos Fronteiriços, cujas contribuições acadêmicas enriqueceram minha formação.

Aos amigos que estiveram ao meu lado durante essa jornada, oferecendo companhia e palavras de apoio, tornando esta caminhada mais leve, meu sincero obrigado.

Por fim, agradeço a todas as instituições e pessoas que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação.

A todos, meu mais sincero agradecimento

É preciso que todos os povos participem. Isso é a
essência da paz"

(Pierre Fredy de Coubertin)

RESUMO

A presente pesquisa aborda a temática “Fronteira e Lazer: As territorialidades dos jovens bolivianos e brasileiros na fronteira Sul-Mato-Grossense com o Oriente Boliviano”. A pesquisa foi elaborada a partir de leitura e análise de literatura voltada para a região de fronteira Brasil/Bolívia, tendo por objetivo geral abordar o contexto fronteiriço voltado para o lazer dos jovens acadêmicos brasileiros e bolivianos nas cidades do Oriente boliviano e de Corumbá/MS lado brasileiro e por objetivos específicos analisar a diferença entre lazer e passeio turístico, evidenciar a escassez de literaturas voltadas para a temática em questão e identificar por meio de entrevista quais são as principais formas de lazer dos jovens universitários bolivianos e brasileiros, e se a locomoção entre os países para a prática desse lazer. A pesquisa nos evidencia a busca por um lazer que envolva família e/ou amigos, pois durante a entrevista os participantes responderam sobre o lazer como forma de entretenimento, recreativo e cultural, no lazer de entretenimento o Porto da cidade de Corumbá foi o mais citado, como lugar para se reunir com amigos, família e tomar um bom tereré, o lazer recreativo voltado mais para a prática esportiva, o voleibol foi o mais citado entre os participantes e no lazer cultural as opiniões se dividiram entre São João, Festival América do Sul, apresentações do Moinho Cultural e Festas típicas da Bolívia. Desta maneira, o segmento juvenil toma destaque nas políticas públicas universais regulamentadas pela ONU/UNESCO e demais programas governamentais irradiados em administração pública estadual e municipal. Tratamento que passa por um enfoque político-histórico com o fim de demonstrar o avanço destas ações ao passo das governanças até chegar na consolidação da política pública esportiva de alcance estudantil escolar e acadêmico, com programas ancorados pelo Ministério do Desporto, Fundação de Desportos e Lazer de Mato Grosso do Sul, Fundação de Esporte de Corumbá, Secretaria da Juventude, Programas de Extensão acadêmica e instituições sociais. Mapeamento administrativo governamental que se somou às entrevistas semiestruturadas realizadas nas universidades públicas e privadas de Corumbá e Puerto Quijarro, resultando na elaboração de um projeto esportivo de integração acadêmica esportiva fronteiriça, nas modalidades de tênis de mesa, futsal e voleibol. Categorias escolhidas segundo resultado de avaliação dos dados coletados em pesquisa a campo. Assim, o estudo concretizou seu objetivo ao interligar o viver fronteiriço ao viver esportivo.

Palavras-chaves: Fronteira, Territorialidade, Políticas Públicas e Lazer Esportivo.

ABSTRACT

This research addresses the theme "Border and Leisure: The Territorialities of Young Bolivians and Brazilians on the Border of Mato Grosso do Sul with the Bolivian East." The research was developed based on the reading and analysis of literature focused on the Brazil/Bolivia border region. The general objective was to address the border context focused on the leisure of young Brazilian and Bolivian academics in the cities of the Bolivian East and Corumbá, Mato Grosso do Sul, on the Brazilian side. The specific objectives were to analyze the difference between leisure and sightseeing, highlight the scarcity of literature focused on the topic in question, and identify, through interviews, the main forms of leisure of young Bolivian and Brazilian university students, and whether travel between the countries is a factor in this leisure activity. The research highlights the search for leisure activities involving family and/or friends. During the interview, participants responded about leisure as a form of entertainment, both recreational and cultural. Among recreational leisure activities, the port in the city of Corumbá was the most frequently mentioned as a place to gather with friends and family and enjoy a good *tereré*. Among recreational leisure activities, volleyball was the most frequently mentioned among participants, and among cultural leisure activities, opinions were divided between São João, the South America Festival, performances at the Moinho Cultural, and typical Bolivian festivals. Thus, the youth segment is highlighted in universal public policies regulated by the UN/UNESCO and other government programs implemented in state and municipal public administrations. This study adopts a political-historical approach to demonstrate the progress of these actions, along with governance, leading to the consolidation of public sports policy for school and academic students, with programs supported by the Ministry of Sports, the Mato Grosso do Sul Sports and Leisure Foundation, the Corumbá Sports Foundation, the Youth Secretariat, academic outreach programs, and social institutions. Governmental administrative mapping combined with semi-structured interviews conducted at public and private universities in Corumbá and Puerto Quijarro resulted in the development of a sports project for academic-cross-border sports integration, in the modalities of table tennis, futsal, and volleyball. Categories were chosen based on the results of an evaluation of data collected in field research. Thus, the study achieved its objective by connecting cross-border life with sports life.

Keywords: Border, Territoriality, Public Policies, Sports Leisure

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Divisa Brasil/Bolívia.....	14
Figura 2: Mapa Bolívia/Brasil	15
Figura 3: Linha que divide os países, Bolívia/Brasil.....	15
Figura 4: Diversão Popular O Coliseu.....	37
Figura 5: Invasões Bárbaras	37
Figura 6: Cotidiano Fabril A mulher operária	39
Figura 7:Cotidiano Fabril A mulher operária	40
Figura 8: Tecnologia têxtil Vestuário séc. XIX.....	42
Figura 9: Centro de Recreio.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Segmentos do Lazer	46
------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMC	Associação Cristã de Moços
BO	Bolívia
BR	Brasil
CPAN	Câmpus do Pantanal
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
FUNDESORTE	Fundação de Desportes e Lazer de Mato Grosso do Sul
FUNEC	Fundação de Esporte de Corumbá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MS	Mato Grosso do Sul
PEAS	Plan Estratégico de Acción
PCAF	Programa Criança e Adolescentes Felizes
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UNFPA	Fundo de Povoação das Nações Unidas
UNITEPC	Universidade Técnica Privada Cosmos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
1.1. Fronteira	17
1.2. Território	29
1.3. Territorialidades	33
1.4. Lazer	35
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
2.1. Procedimentos de coleta de dados	53
2.2. Tipo de Entrevista	53
3. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	55
3.1. Lazer de Entretenimento – Corumbá/Puerto Quijarro	57
3.2. Lazer Recreativo	57
3.3. Lazer De Cultural	58
4. TRATAMENTO DAS PESQUISAS	58
5. PROPOSTA DE AÇÃO	61
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
7. REFERÊNCIAS	66

INTRODUÇÃO

No território limítrofe Sul-Mato-Grossense (BR) com o Oriente boliviano (BO), tem-se não apenas um entrelace cultural como também de lazer, onde brasileiros viajam para cidades bolivianas em busca de lazer e do mesmo modo temos cidadãos bolivianos que vem ao Brasil com intuito de praticar um lazer e não somente para comércio, o trabalho se constrói a partir de pesquisas e entrevistas sobre o que os jovens universitários de ambos os países buscam como forma de lazer dentro das territorialidades dos dois. Considerando o desejo em conectar o lugar de vivência fronteiriça e a qualidade materna em condição do acompanhamento de um filho em idade juvenil, a presente investigação tomou direção para este tema com vistas a construção do desenvolvimento da identidade juvenil no que tange o uso do tempo livre, materializado em atividades de lazer como esportes, jogos, música, redes sociais, passeios e eventos culturais, reforçados nos espaços públicos onde os jovens podem expressar seus sentimentos de pertencimento a grupos (territórios) e assim, reforçar suas escolhas pessoais.

Desta maneira entender o que motiva os jovens a se envolverem em atividades de lazer, algo que as políticas universais reconhecem a importância e as incluem nas gestões públicas, educacionais e sociais como um todo. O tema em questão é ainda pouco explorado, pois os trabalhos têm como foco principal o turismo, e não de fato algo mais do cotidiano dos jovens universitários, que é a prática do lazer no seu tempo livre.

Brasil e Bolívia possui uma estreita relação comercial, onde brasileiros se deslocam a cidades como Puerto Suarez e Puerto Quijarro, para realizarem compras principalmente de roupas, desde a Covid em 2019, o foco do comércio deixou de ser as cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, para ser a cidade de Corumbá/MS, cidade essa mudança comercial, acabou por influenciar em outros aspectos a relação dos bolivianos com os brasileiros, no que concerne o lazer, principalmente o lazer dos universitários bolivianos e brasileiros, compreendendo que um aluno universitário, toma seu tempo mais para os estudos do que para o lazer, e quando o mesmo, dispõe desse tempo, muitos optam por um lazer que tem como foco “a recarga de energia”.

As cidades de Puerto Quijarro e Puerto Soárez, possuem assim como Corumbá lado brasileiro, espaços para contemplação da natureza, como forma de lazer, lado brasileiro o Porto da Cidade de Corumbá, muito visitado principalmente aos finais de semana e do lado boliviano o Mirante del Puerto, o deslocamento ocorre com jovens universitários de ambos os países, pois muito bolivianos universitários tiram um tempo, para passear no porto, encontrar amigos, familiares e tomar assim como brasileiro, um tereré bem gelado.

Para melhor compreensão do tema a ser tratado, se faz necessário que conheçamos melhor o território fronteiriço, Brasil/Bolívia, o que os une e o que ambos oferecem aos estudantes universitários, em seus momentos de lazer, compreender a história de ambos os países e cidades que se conectam, economia e sua influência no aumento ou diminuição na circulação da população, conhecer o que os jovens universitários buscam durante o seu lazer nos fará compreender melhor as suas opções no corpo do trabalho.

A fim de compreender o território fronteiriço, primeiramente delimita-se o que se entende sobre fronteira.

[...] na sua origem o conceito de fronteira remete ao latim ‘front’, in front, as margens. Essencialmente relacional, a fronteira é, regra geral, um espaço definido pelo outro que está num centro (etnocêntrico), sendo, portanto, subordinado. As origens políticas do conceito estão associadas a própria formação dos Estados-nacionais, que no seu processo de consolidação tiveram, e ainda tem, que demarcar claramente as linhas divisórias, visto implicar no limite da ordem, da norma e do poder instituído. (Nogueira, 2007, p. 29)

Nogueira ainda pontua que:

Limite do território nacional, a fronteira pressupõe um centro de controle, que pode ser geográfico ou não, de onde partem as ordens, na forma de políticas que variam em virtude do relacionamento que se estabelece com o vizinho. Tais políticas podem ter um sentido de estreitamento de relações exigindo uma menor vigilância por parte do Estado no que diz respeito à segurança do território, ou ao contrário, quando fortificações militares são estabelecidas para garantir o patrimônio territorial. (p. 30)

Entre Brasil e Bolívia temos uma política de estreitamento, onde brasileiros e bolivianos usufruem do que os países oferecem, dentro de uma legalidade permitida, pois os laços que unem ambos os países perpassam pela economia, turismo, educação, saúde e lazer.

A fronteira vivida busca compreender o cotidiano deste lugar nos seus mais variados aspectos, – lazer, trabalho, contravenção, consumo, defesa, disputas, - reconhecendo ainda que o outro lado tem outra lei. Assim, acreditamos que a fronteira seja capaz de refletir o grau de interação ou ruptura entre sociedades fronteiriças. (Nogueira, 2007, p. 33)

Compreendendo na fala de Nogueira (2007) sobre:

[...] um ponto que é importante refletir sobre a identidade fronteiriça, diz respeito à particularidade de cada diáde, isto é, de cada linha fronteiriça, até porque a existência ou não de interação entre as sociedades fronteiriças é resultado da história de relacionamento entre elas, da relação de dependência mútua, da porosidade para o movimento, e também das relações bilaterais entre os Estados, que podem controlar o movimento. (p.33)

Abaixo segue a imagem da divisa Brasil/Bolívia, mas a frente tem o posto da polícia de imigração lado boliviano, como é pontuado a “fronteira seca”, permite que essa travessia, ocorra das mais variadas formas, como: a pé, de carro, bicicleta, rota comercial e infelizmente de tráfico.

Figura 1: Divisa Brasil/Bolívia



Fonte: Site Hora Notícia (2021)

A fronteira da Bolívia com Corumbá tem uma extensão de 386 km de fronteira seca. O primeiro núcleo urbano é Arroyo Concepción (seção municipal de Puerto Quijarro) a cinco quilômetros, com o acesso diário entre as cidades dos dois países naquela fronteira. As seções municipais de Puerto Quijarro e Puerto Suárez fazem divisa com Corumbá e compõem a Província Germán Busch, uma das 15 províncias do Departamento de Santa Cruz. (Marques, 2012, (p. 297)

Ao observarmos os fatos históricos que deram origem as cidades de fronteira brasil/Bolívia, será percebido que elas se formam de acordo com a necessidade do período em que foram fundadas, sendo Corumbá lado brasileiro mais velha que Puerto Suárez em um século.

Corumbá foi uma cidade planejada estrategicamente ainda no período colonial, fundada no final do século XVIII (1778), sob a forma de uma fortificação militar atendendo ao plano estratégico do Estado português de assegurar a posse de terras até então pertencentes à Coroa Espanhola. (Xavier e Silva, 2017, p.267)

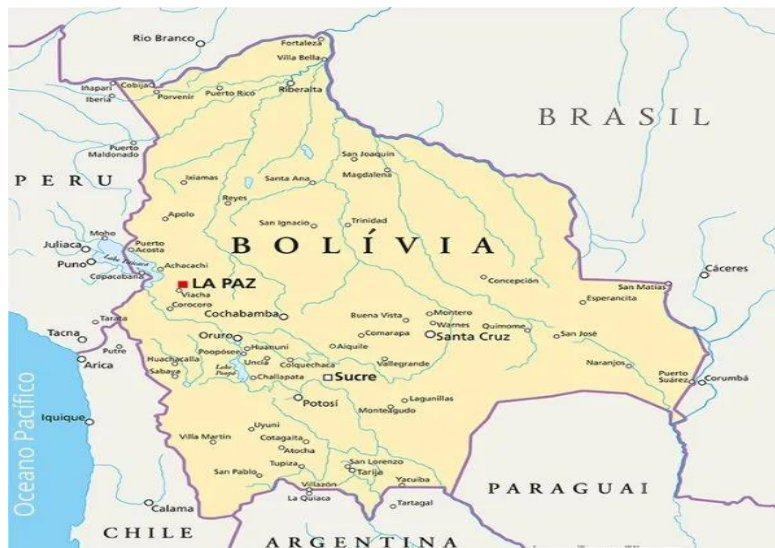
Já a existência populacional boliviana foi estabelecendo povoamento definitivo a contar da criação do município de Puerto Suárez (1875) à 30km da cidade de Corumbá/MS e mais intensamente na década de 50 na implantação da via-férrea em Puerto Quijarro. Circunstância que decorreu num povoamento territorial entorno da ferrovia, originando a extensão ocupacional de Arroyo Concepción, conforme o estudo de Costa.

A presença boliviana na fronteira foi marcada pela fundação de Puerto Suárez, em 1875, às margens da Laguna de Cáceres, cerca de 30 km do centro de Corumbá. Nos anos 1950, com a construção da ferrovia, lançaram-se as bases de povoamento de Puerto Quijarro no entorno da estação ferroviária, ampliando-se consideravelmente com a ocupação de Arroyo Concepción (que é seu distrito) nos anos 1970/80 nas imediações da passagem viária que liga o Brasil à Bolívia. (Costa, 2013, p. 66).

Já Puerto Quijarro de acordo com Xavier e Silva (2017) “Puerto Quijarro nasce a partir da fronteira, crescendo com maior velocidade por volta dos anos 1970-1980,

principalmente provocado pelo comércio de fronteira com o Brasil.” (p. 275)

Figura 2: Mapa Bolívia/Brasil



Fonte: Guitarrara, Paloma. "Bolívia"; *Brasil Escola* (2025)

Na imagem abaixo é possível observar a proximidade populacional da população boliviana que reside em Puerto Quijarro e que essa proximidade permite essa troca entre os habitantes dos dois países.

Figura 3: Linha que divide os países, Bolívia/Brasil



Fonte: Google Earth (2024)

De acordo com Costa (2013)

A passagem pela fronteira é visivelmente frequente, dinâmica, diversa. Passam por ela, diariamente, fronteiriços, turistas, mercadorias, fluxos lícitos e ilícitos, para um lado e outro. Vislumbram-se mobilidades circunscritas e, para além da fronteira, com velocidades e racionalidades diferentes. (p. 66).

Desta maneira, o cotidiano fronteiriço se desenvolveu de maneira a acomodar as necessidades e realidades de cada grupo social. Diariamente temos crianças bolivianas que atravessam a fronteira para estudar em escolas brasileiras, pois mesmo morando do lado boliviano, eles possuem ou dupla cidadania ou ainda são registrados no Brasil, dado que, muitas mulheres bolivianas realizam pré natal do lado brasileiro e tem seus filhos na Maternidade de Corumbá/MS lado brasileiro. Esse fluxo do mesmo modo ocorre com a finalidade de geração de renda, taxis bolivianos, incluso boliviano trabalhando no comércio brasileiro, jovens bolivianos naturalizados brasileiros que fazem faculdade pública e privada em Corumbá, lado brasileiro.

Do lado boliviano temos um quantitativo marcante de jovens que se dirigem ao país vizinho para fazer faculdade privada. Todo esse processo ligado a educação faz parte de acordos firmados entre os dois países.

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República da Bolívia (doravante denominados "Partes"), Conscientes da importância que reveste a cooperação educacional como fator de entendimento entre os povos e animados pelo desejo de estreitar os laços de amizade entre os dois Países; Conscientes de que o acelerado desenvolvimento científico e tecnológico global exige a formação de recursos humanos altamente qualificados; Tendo presente que as instituições de educação superior, científicas, culturais e acadêmicas têm um papel preponderante na criação e difusão do conhecimento e no desenvolvimento nacional e internacional; Com a intenção de incrementar a cooperação educacional entre o Brasil e a Bolívia frente aos novos desafios da educação superior; Considerando a necessidade e conveniência de promover uma estreita cooperação interuniversitária entre os dois países, reforçando suas relações amistosas; Tendo em conta o Acordo de Cooperação Educacional assinado pelas Partes em La Paz, em 26 de julho de 1999, e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Educacional assinado pelas Partes em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007, que definiu como um de seus objetivos prioritários a educação superior e o intercâmbio acadêmico; [...]. (Minakawa, 2015, p. 04).

A política nacional brasileira e boliviana permite esse entrelaçamento cultural, mas também educacional, no que concerne o estudo universitário, brasileiros de diversos estados do país se dirigem a faculdades de medicina em La paz, Santa Cruz de la Sierra entre outras, com a finalidade de realizar o sonho da formação superior em medicina, dado que o custo no país vizinho é singularmente menor que no Brasil.

Observar o espaço geográfico das cidades do Oeste boliviano com a cidade de Corumbá lado brasileiro e os enlaces que as unem, principalmente o econômico, elencou um questionamento a cerca do lazer que ambos as cidades bolivianas e brasileiras proporcionam

aos seus jovens universitários, para que tal questionamento seja respondido, determinou-se como objetivo geral abordar o contexto fronteiro voltado para o lazer dos jovens acadêmicos brasileiros e bolivianos nas cidades do Oriente boliviano e de Corumbá/MS lado brasileiro e por objetivos específicos analisar a diferença entre lazer e passeio turístico, evidenciar a escassez de literaturas voltadas para a temática em questão e identificar por meio de entrevista quais são as principais formas de lazer dos jovens universitários bolivianos e brasileiros.

Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se de início uma pesquisa bibliográfica voltada para o território de Corumbá lado brasileiro e para as cidades bolivianas, Puerto Suárez e Puerto Quijarro, para que melhor se compreenda o sentido de fronteira, território, territorialidade e lazer. O trabalho segue com a construção de um roteiro de entrevista semiestruturada, que se realizou com jovens universitários brasileiros e bolivianos.

A construção do roteiro teve como objetivo conhecer o que os jovens universitários fazem na sua hora de descanso e se tem opções de lazer dentro das cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suárez e Corumbá lado brasileiro. A partir desse ponto é possível olharmos não somente para questões econômicas ou ainda de saúde e educacional, os governantes podem tem um olhar diferenciado para o lazer dessa população, que por vezes buscam algo mais tranquilo e economicamente acessível.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Fronteira

Tratar da linha politicamente geográfica conhecida por extensão ou faixa fronteira, requer compreender a concepção do espaço/área gerador da construção social e cotidiana de cada território.

Formulação de correntes geopolíticas que impulsionaram no mundo intelectual após, o término da II Guerra Mundial (1945), despertando o interesse por estudos mais aprofundados e técnicos, distinguindo-se no campo da geografia política. Braço da geografia de base em duas escolas: alemã e francesa, a fim de definir um conceito conciso sobre os limites territoriais.

Definição que cada movimento escolástico definiu suas concepções segundo análises de seus precursores. O primeiro foi o etnólogo e geógrafo alemão Friedrich Ratzel de influência teórica naturalista darwinista, compreendeu a área de fronteira em dois princípios base “las dos concepciones capitales la posición y la extensión” (Ancel, 2016, p.132), ou seja, a parte física materializada na posse territorial e na extensão. Caso que os franceses, não seguiram com

fidelidade a base do método e seu princípio, fundamentando-se no pressuposto da obra do geógrafo Paul Vidal de la Blache, o qual considera que “el hombre, según la expresión de su fundador, como un factor geográfico”, em outras palavras “la frontera no es más que un marco, provisional o permanente una la actividad humana” (Ancel, 2016, p.132) isto é, a demarcação territorial fator fronteira, só existe porque é o homem fundador o determina e atua nela.

Nota-se, que a academia alemã se concentrou na gênese teórica e na relação do homem com o solo “El Estado vive necesariamente del suelo. Sus intereses solo se ve asegurado mediante una posesión firme del suelo que los satisface” (Benedetti, 2011, p.19), definição que marcou esse sentimento de poder durante o processo histórico de avanço territorial.

Por outro lado, a escola francesa foi além do conceito e conectou o fator fronteira à relação do homem com os encadeamentos dos grupos sociais, os quais encontram-se em constante movimento e deste modo resultam numa dinâmica peculiar, tornando-se elemento fundamental do espaço fronteiro. Ideias que o historiador francês Lucien Febvre também, considerou a corrente francesa pertinente, conforme o trecho a seguir:

(...) “Lo que importa no es el marco si no lo que está enmarcado. Así, la geografía de las fronteras es solamente la geografía de los límites impuestos a la actividad de un grupo. La frontera no puede estudiarse en sí misma, si no en relación con los grupos que ella separa. (Febvre apud Ancel, 2016, p.132).

Aspecto em que o elemento mais importante dentro do contexto político- geográfico não é o espaço demarcado ou os limites impostos pois, estes parâmetros não determinam a essência fronteira e sim a complexa organização social de intercâmbios estabelecidos tornando-a peculiar.

Limites que se construíram conforme foram sendo legalizadas às ânsias demarcadoras dos estados-nações, “la voluntad del hombre fija la frontera”. (Ancel, 2016, p.133), assentando seus territórios no intuito de dominar o solo soberano.

A palavra limite, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, onde a soberania corresponde a um processo absoluto de territorialização. O monopólio legítimo do uso da força física, a capacidade exclusiva de forjar normas de trocas sociais reprodutivas (a moeda, os impostos), a capacidade de estruturar, de maneira singular, as formas de comunicação (a língua nacional, o sistema educativo, etc.) são elementos constitutivos da soberania do estado, correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo governo central (o estado territorial). (Strohaecker, 1998, p.42).

Desta forma, a construção da compreensão de limite fronteiro é separadora e ao mesmo tempo, tem sentido de unidade assimilando os papéis ditados pela soberania sem observar a estrutura social, político-econômica e cultural de integração visto que, “A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro”

(forças centrípetas) ” (Machado, 1998, p.42).

Portanto, tais muros diplomáticos ficam em segundo plano ou inexistentes quando se trata do real viver fronteiriço já que, os atores deste cenário complexo são os grupos humanos que habitam nesse território. Constatações que Shalins considerou “para el estudio de fronteras: la importancia de los grupos locales como agentes y actores históricos una la formación identidades y territorios” (Sahlins, 2000, p. 42), observações expressivas e pertinentes que se enquadram ao estudo sobre fronteiras.

Contexto, que durante muito tempo os estudos relacionados a fronteira demonstraram escassa visibilidade e o peso da ótica do limite jurídico do Estado de lugar embates foi se construindo ao longo do tempo a ideia de desconfiança ou no mínimo de atenção especial, “Para alguns pesquisadores, o estudo da fronteira é ainda algo polêmico e esquecido, que, ao ser recordado, tem sido associado à destruição, conflitos, vigilância e repressão” (Oliveira, 2016, p. 16). Algo que continuamente vive em desconstrução desse imaginário de lugar de cuidado, terra sem lei e propício à marginalidade.

Circunstância que no ambiente real apresenta uma dinâmica estrutural de um “palco de vivências e trocas de experiências entre distintos povos. Muitas vezes nem tão distintos”. (IBIDEM, 2016, p. 17) pois, os limites diplomáticos impostos não são mais que acordos internacionais entre a política dos países e de ajustes entre os mesmos, visto que muitas vezes não conseguem dominar o viver fronteiriço, em virtude da mutável sociabilização das “relações sociais, ou seja, os círculos de amizade, casamentos, interações escolares e laborais” (IBIDEM, 2016, p.16), tornando-se inevitáveis quando se trata de conexão social e como é a fronteira em sua real circunstância um centro populacional cosmopolita, ademais da velada composição dos grupos étnicos que também vivem na região.

Dinâmica real que a concepção de fronteira demonstrou transcender a compreensão limítrofe a afastar o distanciamento e construir mais os laços sociais com a comunidade gêmea, construindo assim um território fértil

El territorio fronterizo como construcción social de un espacio binacional, cuyo sentido de comunidad enfatiza más las cercanías que las lejanías ante los controles fronterizo constituye un ámbito de relevante fertilidad para la afirmación de identidades colectivas y la promoción de valores con sentido de integración. (ISM-UNFPA Agenda Binacional de Juventudes Rivera (Uruguay) / Santana Do Livramento (Brasil, 2022, p.03, grifo nosso).

Contudo a complexa característica fronteiriça do viver social abrange no seu ordenamento organizacional cidadãos, sistemas produtivos, redes de relações e um organismo político administrativo diferente de enfrentamento as dificuldades comuns, mas de soluções individuais.

El concepto de frontera muestra ser más amplio. Remite a un espacio indefinido –área, zona, franja o región– que acompaña al límite y que comprende individuos, redes de relaciones, sistemas productivos y de intercambio que suceden en un territorio sometido a sistemas de organización político-administrativa distintos entre dos o más países (Ribeiro, 2002). (Características socioeconómicas de las juventudes en las ciudades fronterizas del MERCOSUR, 2020, p. 11).

Especificidade regional que o Bloco Econômico Regional por meio do Tratado de Assunção de 1991, constituído pelo Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina) inicialmente atuou no reforço a promoção às oportunidades comerciais e investimentos, considerando o segmento social de maneira indireta dentro do programa institucional.

Es notable una progresiva vitalidad regional que se vio vigorizada con la creación del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) a través de la dinámica comercial del bloque (Aguar, 2010) o los proyectos del Fondo de Convergencia Estructural del MERCOSUR, que priorizaron intervenciones en zonas de frontera. (Características Socioeconómicas de Las Juventudes En Las Ciudades Fronterizas del MERCOSUR, 2020, p. 16, grifo nosso).

Contribuição notável de apoio comercial que não somente elevou a visibilidade dos Estados membros como igualmente as regiões fronteiriças, consequentemente a ampliação das políticas públicas internacionais a estes territórios, aportando crescente incentivo à integração regional e condicionando ao bloco econômico a conhecer mais estas áreas e acomodar sua agenda institucional as condições determinadas por estes limites naturais. Processo que buscou referencias indicadoras de produção de problemas individuais fronteiriços e circulação sócio demográfica a fim de gerar acesso aos diversos segmentos sociais e oportunizar maior consciência do direito civil.

Desta maneira, se acionou um movimento social que seguiu com o protocolo das políticas públicas, inserindo na agenda o público jovem nos espaços limítrofes dos países do Mercosul, corroboração constituída nos fragmentos abaixo:

(...) El territorio es, sin duda, una variable clave que influencia la condición y oportunidades de desarrollo inclusivo para adolescentes y jóvenes. El pasaje de la infancia a la vida adulta para adolescentes y jóvenes que viven en áreas fronterizas en los países del MERCOSUR es particularmente complejo por habitar en espacios muy dinámicos, pero también marcados por el riesgo social. Por eso, el Instituto Social del MERCOSUR (ISM) y el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA) se propusieron trabajar juntos para entender mejor qué supone crecer en la frontera para adolescentes y jóvenes, avanzar hacia una caracterización de adolescentes y jóvenes en zonas de frontera y recabar evidencias para la incidencia en el diseño de políticas pro adolescentes y jóvenes, que tomen en cuenta las particularidades de su ciclo de vida y sus principales desafíos, así como el impacto que sobre ellos tiene la dimensión fronteriza. (Características socioeconómicas de las juventudes en las ciudades fronterizas del MERCOSUR, 2020, p.7-8, grifo nosso)

Para tanto, o Instituto Social do MERCOSUL e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) desenharam uma escala de questões orientadoras para construção do perfil do jovem fronteiriço: “¿A partir de qué escalas y dimensiones se están pensando las inversiones sociales en juventudes en los territorios de fronteras? ¿Qué particularidades presenta el territorio en términos de clases, categorías y subcategorías de gasto?” (Características socioeconómicas de las juventudes en las ciudades fronterizas del MERCOSUR, 2020, p. 8).

Assim, neste ponto de fronteira real a supremacia do poder nacional dentro da geopolítica indiretamente acaba ficando “frágil”, diante do composto compartilhamento coletivo, representado principalmente pelas atividades econômicas e ambientes de lazer. É neste sentido de intercambio de compartilhamento de atividades fronteiriças, a investigação toma por objeto de estudo o Lazer na região Sul-Mato-Grossense configurado pelo município de Corumbá, com o estado de Santa Cruz correspondente a área do Oriental boliviano onde se localiza o município de Puerto Quijarro.

Corumbá, localizada ao sudoeste do território brasileiro, possui 94.874 habitantes de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2023, conectada a Puerto Quijarro, a menos de 10 km e com uma população de 19.000. Realidade social que ademais das diversas atividades que a região abrange, o Lazer e o uso do tempo livre é um dos elementos menos investigados no viver fronteiriço, principalmente em vista à população jovem, núcleo do presente estudo.

Contexto que convém salientar que antes de abordar a construção da importância do lazer na vida do ser humano, este pressuposto foi posterior aos períodos pós-guerra (I Guerra 1914-1918 e II Guerra 1939-1945), momentos em que as cidades ficaram destruídas, o contingente populacional resultou em consideráveis cifras, ocasionando aglomerações massivas desordenadas de divisões geográficas e habitacionais. Deste modo, a necessidade em criar projetos de “conjuntos habitacionais, de bairros, de legislação urbanística e de cidades” (Santos, 1993, p. 6), tornou-se uma urgência executar novos centros urbanos em larga escala e para tanto entrou nas políticas públicas do organograma dos municípios, abrindo espaço a inovadoras soluções administrativas de planejamento das cidades e, incorporando a temática do lazer a ser considerada.

(...) no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Do Ciam, nasce a Carta de Atenas, escrita por Le Corbusier, em 1933, como um tratado revolucionário. A cidade é considerada como um organismo a ser planejado de modo funcional e centralizado, onde as necessidades do homem devem estar claramente colocadas e resolvidas. A Carta de Atenas atribuiu à municipalidade a gestão do solo urbano, considerado um bem público, que deveria atender às necessidades funcionais de habitação, trabalho, circulação e lazer de seus habitantes. (Corbusier, 1933, p.42).

Situação não alheia à região de fronteira dos municípios de Corumbá/MS e Puerto Quijarro/BO pois, são localidades urbanas e no organograma administrativo imprescindivelmente na organização municipal deve estar inserido a prerrogativa do bem público, tomando em consideração a funcionalidade do lazer.

Mas, qual seria a função de lazer? Para tanto, se faz imprescindível descrever um panorama do estudo do entretenimento, para melhor percepção da influência dos movimentos intelectuais da Europa inseridos à vida cotidiana brasileira. Sendo assim, uma das manifestações mais intensas trazidas da Europa ocidental (séc. XVIII) pela elite brasileira, foram as propostas da filosofia positivista de Comte (França) abordando teorias e pensamentos modernos que elencaram o ensino educacional como ferramenta principal de domesticação social. Conjuntura que as autoras Gomes e Pinto na obra “O Lazer no Brasil”, discorrem a seguir:

No Brasil, os princípios positivistas que influenciaram o nascer da República reforçaram o mito da racionalidade iluminista e destacaram a educação como um poderoso instrumento de reprodução e adestramento sociais. Este contexto estreitou relações entre o Estado republicano, a escola e o modo de trabalho capitalista, influenciando a incorporação da recreação ao cotidiano brasileiro. Nesse contexto, acreditava-se que o tempo vago era nocivo ao desenvolvimento social, devendo ser preenchido com atividades recreativas consideradas saudáveis, higiênicas e moralmente educativas. Complementando a função da escola, a recreação foi considerada imprescindível para que a criança não ficasse ociosa e não sofresse a influência maléfica da rua. (Gomes e Pinto, 2009, p.70).

Fundamentos que enfatizaram o tempo livre por um viés daninho à vida do ser humano visto que, está corrente ideológica era da Europa industrial de base no modo de produção capitalista, a qual atribuía ao tempo livre a concepção de ociosidade. Atitude a ser impugnada desde a infância e devendo se preencher com atividades produtivas, “Estratégia essa que, segundo Kishimoto, representou uma das maneiras de “desmoralizar a rua” com vistas a institucionalização de práticas culturais recreativas em espaços fechados, supervisionados e orientados.” (Gomes e Pinto, 2009, p.70).

Teoria que se acomodou muito bem a terceira fase da industrialização do Brasil (1930-1955), um período de crescimento da infraestrutura e, por conseguinte se desenvolveu numa massa operaria nas principais metrópoles do país (Rio de Janeiro e São Paulo). Ação frutífera que resultou em uma sociedade de obreiros e filhos em idade escolar, portanto, o estado sentiu a “obrigação” em otimizar “o tempo vago” criando alternativas saudáveis representadas por meio da educação complementar através de instituições recreativas e centros de cultura, em conjunto com o aporte de novas ideologias pedagógicas estrangeiras de “Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Claparède e Dewey” (Gomes e Pinto, 2009, p.70) geradores do movimento de

renovação do ensino conhecido por escolanovista do final do século XIX a metade do XX, objetivando coordenar o tempo livre a fim de evitar a “desocupação”.

Desenlace que foi ganhando importância e espaço na configuração institucional mediante ações vanguardistas, sendo integradas as “políticas públicas desenvolvidas em algumas cidades brasileiras, destacando-se projetos pioneiros em Porto Alegre e São Paulo” (Gomes e Pinto, 2009, p.70). Neste sentido implantou-se uma experiência piloto de origem norte-americana à cidade de Porto Alegre, ensaio posto em prática pelo educador Frederico Gaelzer, o qual “considerava que o poder público deveria implantar “jardins de recreio” ou “praças de esportes” nas cidades, atendendo às necessidades de recreação da população brasileira” (Gomes e Pinto, 2009, p.70).

As primeiras “praças de esporte” e “centros de recreio” surgiram na transição das décadas de 1920 e 1930. Naquele momento, as atividades “recreativas” eram entendidas como forma de manutenção da saúde e recuperação da força de trabalho, dimensões importantes para um país que se industrializava e sentia os impactos desse processo, (...) (Melo; Júnior, 2003, p.18)

Etapa industrial em que o Brasil iniciava os primeiros passos para uma construção econômica industrial de efervescente crescimento urbano. Modalidade citadina de novos hábitos sociais modernos que instauram a necessidade em ato compreendido nos espaços urbanos de Lazer. Iniciativa fecunda e estratégica, com vistas a abranger um leque diversificado de atividades culturais, esportivas, de leitura, entre outros, adquirindo destaque neste processo os chamados Clubes de Menores Operários. Produto promissor de consumo para a indústria cultural, que diante disso, viu a oportunidade em atender também os jovens operários.

Esses programas colaboraram para consolidar os significados da recreação como sinônimo de atividades diversas: jogos, exercícios ginásticos, música, dança, leitura, poesia, dramatização, passeios e festivais, entre outras. A princípio essa proposta foi direcionada apenas para as crianças da classe proletária, mas, posteriormente, foi estendida aos jovens trabalhadores da indústria. Foram, assim, organizados em São Paulo (1937) os Clubes de Menores Operários, funcionando à noite nos parques infantis, que, a partir do momento em que contemplaram os jovens trabalhadores, passaram a ser chamados de “parques de jogos” (Gomes E Pinto, 2009, p.70).

Década significativa para a sociedade operaria e em geral, pela inovadora política trabalhista aplicada no mandato do presidente Getúlio Vargas (1930), que projetava criar conceitos de trabalho e de trabalhador, através de inovadores conceitos atribuídos ao Lazer na “formação de valores, hábitos e atitudes a serem consolidados nas horas vagas, representando uma base de sustentação para o modo de produção capitalista em desenvolvimento no Brasil” (Gomes e Pinto, 2009, p.72).

Disposição, que no mundo capitalista movimentos trabalhistas vinham acontecendo por melhores condições operárias, impulsionando protestos a nível mundial até, a consagrada

manifestação originada na cidade de Chicago (USA 1886). Evento traumático que resultou na morte e prisão de trabalhadores, nas mãos de policiais e conquistou “a jornada de oito horas de trabalho (quando se trabalhava de 10 a 12 horas por dia), a abolição do trabalho infantil (crianças de seis anos eram operários) e a proteção ao trabalho da mulher, entre as mais importantes”. (CPDO FGV, 2023).

Ambiente de reivindicação laboral que adquiriu legitimação universal, portanto, os países tiveram que adequar-se à nova normativa e impreterivelmente o Brasil adotou a legislação, passando o governo do presidente Vargas a promulgar as leis referentes à limitação da jornada de trabalho do Primeiro de Maio em 1943. Ocorrência que significou sinônimo de comemoração por parte dos trabalhadores.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1º de maio de 1943, universalizou as leis referentes à limitação da jornada de trabalho no Brasil, fixando-a em oito horas diárias e 48 horas semanais, prevendo ainda um período mínimo de descanso de 11 horas entre duas jornadas consecutivas de trabalho e um repouso semanal de pelo menos 24 horas que, salvo exceções, deveria coincidir com o domingo, além de 30 dias consecutivos de férias anuais após 12 meses ininterruptos de trabalho. (Gomes e Pinto, 2009, p.72).

Situação que sob a óptica inovadora se mostrava inofensiva ao intenso investimento em proporcionar a massa trabalhadora momentos de lazer, mas guardavam no interior do discurso republicano capitalista de promoção recreativo, o interesse em controlar as horas de folga no intuito de manipular o tempo livre.

De acordo com Sussekind – que foi o primeiro dirigente do SRO –, as atividades físicas e recreativas, devidamente desenvolvidas nas horas de lazer dos operários, auxiliavam a recuperação do organismo debilitado pelo modo de produção industrial capitalista. (...) Fazendo com que eles e suas famílias se resignassem em face da difícil realidade vivida, seria “mais fácil” promover a paz e a harmonia social, pressupostos básicos para a manutenção do status quo almejado não apenas pela classe patronal, mas também pelo governo brasileiro da época – que, com esse propósito, procurou atrair também os órgãos sindicais, ampliando o alcance dessa proposta. (Gomes e Pinto, 2009, p.73).

Conjuntura industrial capitalista, que por meio da modalidade de recreação orientada impulsionou às práticas lúdicas, na pretensão em apaziguar a difícil realidade laboral dos operários. Dilatando a estratégia com a operacionalização das atividades físicas e recreativas a fim de articular os laços com o ambiente estatal e corporativo “iniciativas ligadas aos setores públicos federais, estaduais e municipais” (Gomes e Pinto, 2009, p. 74).

Assim, instalou-se um programa de recreação corporativo com os sindicatos e instituições sociais mediante o poder público. A exemplo a criação do primeiro Serviço de recreação Operária: Associação Cristã de Moços – ACM, no Rio de Janeiro (1893) e o Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Social do Comércio (SESC), (ambos gerados em 1946),

entre outros centros de irradiação social, cultural, educativo e de recreação, que a simples mostra se apresentavam como entidades “sem fins lucrativos”, porém, muitas destas sedes indiretamente abordavam temas políticos alusivos à gestão da época.

Expansão sociopolítica industrial que nas décadas posteriores de 50 a 70, o Brasil incorporou no seu plano nacional, o modelo de desenvolvimento baseado na ação e proteção estatal – o *Welfare State* (Estado de Bem-Estar), infiltrava uma teoria capitalista que vinha sendo adotado nos países industrializados da América do Norte e na Europa Ocidental, segundo o seguinte desempenho:

(...) um meio de compensar, por intermédio de políticas de cunho keynesiano, a insuficiência do mercado em adequar os níveis de oferta e demanda agregada, controlar politicamente as organizações de trabalhadores e capitalistas e estimular a mercantilização da força de trabalho segundo padrões industriais (fordistas), ao administrar alguns dos riscos inerentes a esse tipo de relação de trabalho e ao transferir ao Estado parte das responsabilidades pelos custos de reprodução da força de trabalho. (Medeiros, 2001, p.05).

Circunstância, que estimulou reflexões sobre a expansão mundial de riqueza e renda no quesito de melhoramento das capacidades humanas e condição de acesso aos benefícios do chamado Estado de Bem-Estar. Disposição que questionou a função do Estado em relação às políticas sociais e progresso econômico, abrindo espaço para uma reorganização de bens e serviços sociais “com tendências universalizantes, como as “políticas de massa” (Gomes e Pinto, 2009, p. 76).

(...) no final da década de 1950, a partir de ações estatais foi promovida a Campanha de Ruas de Recreio, que mobilizou atividades esportivo-recreativas em ruas e praças das cidades. (...) posteriormente chamadas de Ruas de Lazer, foram difundidas a partir de 1958 e até hoje representam o modelo de política pública de lazer adotada pela maioria dos setores públicos municipais e estaduais brasileiros. (Gomes e Pinto, 2009, p. 76).

Época em que se ampliaram ações para o Lazer de maneira setorial adicionando a participação das “secretarias municipais e estaduais de Esporte e Lazer do país, consagrando área da educação física como o principal difusor das políticas brasileiras neste âmbito”. (Gomes e Pinto, 2009, p. 76). Visto a longa atuação do profissional de educação física conectar-se a atividade física e ao campo das atividades de recreação “Durante muitos anos foi esse o profissional mais atuante na área do lazer, uma dimensão ainda hoje facilmente identificável; (Melo; Júnior, 2003, p.18). Algo que cabe esclarecimento das terminologias: recreação e lazer, pois inicialmente representavam a mesma compreensão, no entanto o primeiro emprega-se para designar conjunto de atividades e o segundo está mais atrelado ao campo social.

(...) apesar das intenções de controle, não se pode negar que muitas das propostas de recreação desenvolvidas no Brasil entre as décadas de 1920-1960 contribuíram com a disseminação de diferentes práticas culturais, principalmente entre os segmentos sociais desfavorecidos. (Gomes e Pinto, 2009, p.74).

Quadro, que no período da ditadura militar (1964-1970) o cenário no campo laboral mudou drasticamente ao adicionar horas a mais à jornada trabalhista, resultando em um acúmulo excessivo de horas a cumprir e intensa movimentação sindical em prol do lazer “Essa conjuntura influenciou a história do lazer no Brasil porque reduziu drasticamente o tempo livre dos trabalhadores” (Gomes e Pinto, 2009, p.76), condição que movimentou setores sociais, a fim de manter a normativa do direito ao uso do tempo livre, ou seja, fazer valer a garantia do tempo de descanso para não a perder.

(...) apesar das intenções de controle, não se pode negar que muitas das propostas de recreação desenvolvidas no Brasil entre as décadas de 1920-1960 contribuíram com a disseminação de diferentes práticas culturais, principalmente entre os segmentos sociais desfavorecidos. (Gomes e Pinto, 2009, p.74).

Nos anos seguintes (1985) com o fim da ditadura, o Brasil retomou a redemocratização e proclamou no ano de 1988 a Constituição Federal Brasileira, que dentro das suas prerrogativas legitimou o Lazer como um direito social.

(...) que significa um importante marco social e político para o lazer no Brasil. Com essa Constituição, o lazer passou a ser formalmente reconhecido no artigo 6º como um “direito social”,²⁸ sendo tratado neste documento mais duas vezes: no artigo 217, no contexto “da educação, da cultura e do desporto”,²⁹ e no artigo 227, que se refere à temática “da família, da criança, do adolescente e do idoso”.³⁰ Conquista que, segundo um especialista participante do estudo, mostra que “o lazer é uma prática social de grande alcance popular”. (Gomes e Pinto, 2009, p.77).

Normativa que a partir de 1988, o Lazer transcorre num direito de todos e dever do Estado, adotando um papel de conscientização “para além do tempo dedicado ao trabalho assalariado, desafiando o desenvolvimento de políticas integradas que envolvam todos os setores sociais” (Gomes e Pinto, 2009, p.78), já que, não se resume apenas a legalidade e sim a um direito social de participação conjunta: sociedade e políticas públicas.

Neste sentido de percepção da legalidade do Lazer a atuação participativa do Estado em concomitância com as políticas públicas, desenlaçam inicialmente debates teóricos objetivando indagar como compreender o lazer na multiplicidade prolongada nas áreas e equipamentos, formados nas configurações do teatro, férias, espaços recreativos, cinema, turismo, viagens, restaurantes shoppings, eventos, cursos, entre outros.

Decorrência que faz valer a interrogação de como se processou a construção teórica do lazer no Brasil e quais discussões se arraigaram sobre o estudo tema? Debates, que segundo estudiosos da área, definem o uso do tempo livre em três aspectos básicos: “a dimensão do tempo-espço, as atividades realizadas neste tempo e a atitude de livre escolha do sujeito, que caracteriza o que ocorre nesse momento” (Gomes e Pinto, 2009, p.96).

Entretanto, a compreensão do lazer estava muito condicionada a tese sociólogo Dumazedier, quem defendia as bases de estudo nas seguintes diretrizes:

(...) é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (Gomes e Pinto, 2009, p. 96).

Desse modo, iniciaram-se críticas a teoria do sociólogo principalmente no valor operacional/utilitário aplicado ao lazer, resolvendo a questão do tempo de lazer por meio de atividades que “atenderiam às suas características, sem, entretanto, conseguir explicá-las. Dessa maneira, o lazer seria um “invólucro vazio” a ser preenchido com determinadas atividades cuja importância está vinculada ao atendimento das necessidades de descanso, divertimento e desenvolvimento da personalidade” (Gomes e Pinto, 2009, p.97).

Questionamento que se agregou a interpretação atribuída ao “ócio”, “encarado como algo “nocivo” para indivíduo e sociedade, por contrapor-se à lógica da produtividade e, assim, dificultar o disciplinamento das pessoas por meio do trabalho alienado e compulsivo”. Contexto ancorado em parâmetros da realidade francesa dos anos 50, pois o estudo estava tomava por estudo sociedades capitalista e socialista, não havendo seleção de objeto de observação, levando a pesquisadores do assunto tanto no Brasil como em outros países fora da Europa, a reconsiderar tal investigação, “Analisando as diferenças conceituais entre alguns estudiosos brasileiros do lazer, verificamos uma tendência em compreendê-lo como uma dimensão da cultura” (Gomes e Pinto, 2009, p.98), consideração apontada pelo intelectual Nelson C. Marcellino.

Sendo cultura, o lazer é, pois, produto humano construído por meio de processos que se constituem a partir de valores, saberes, motivações e desejos de cada sujeito, influenciados pelos sentidos e significados que os mesmos atribuem às suas experiências. Processos localizados, uma vez que cada construção cultural depende do contexto social onde se realiza, do cotidiano onde os sujeitos criam as técnicas corporais próprias de sua cultura e seus modos específicos de lidar com os limites de tempo, lugar, infraestrutura, condições econômicas e outras dimensões que condicionam suas realizações no lazer. (Gomes e Pinto, 2009, p.98).

Condição, que exige precaução de abordagem ao fazer uso do vocábulo cultura, por ser matéria de estudo em diversas áreas. Circunstância, que abriu um leque de abordagens, o que forjou a alguns autores direcionarem o tema pelo viés antropológico, mas, de único sentido teórico “Por isso, buscamos fundamentos em autores como Geertz, Sahlins e Hall para compreender a cultura como produção humana e como dimensão simbólica na qual o significado é central” (Gomes e Pinto, 2009, p. XX).

Assim, houve estudiosos voltados para o vínculo histórico-social “entendendo que o lazer deve ser pensado no campo das práticas humanas como um emaranhado de sentidos e significados dialeticamente partilhados nas construções subjetivas e objetivas” (Gomes e Pinto, 2009, p.99), nos diversos ambientes de práticas sociais.

Nesse panorama se construiu um cenário científico de perspectivas diferentes e novos conceitos, destacando-se o investigador “Marcellino, por exemplo, entende o lazer como cultura vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível das pessoas”, elencando como aspecto definidor o desprendimento do fator vivência pois, nela não se procura necessariamente um retorno a não ser a própria satisfação provocada por ela mesma. Só o fato de agregar sentido liberador de obrigações de diferentes naturezas já, faz valer a experiência, qualquer que seja, “Além disso, o autor observa que o lazer é um fenômeno historicamente situado, do qual podem emergir valores questionadores da ordem moral e social estabelecida” (Gomes e Pinto, 2009, p.99)

Momento de efervescência intelectual, que a pesquisadora Gomes, define o lazer como uma ramificação da cultura, designada a experiência prazenteira de manifestação cultural “(tais como as festas, os jogos, as brincadeiras, os esportes, as artes e até mesmo o ócio) no tempo/espço conquistado pelos sujeitos e grupos sociais”. Portanto, segundo a autora a liberdade de escolha não excluiria o indivíduo das obrigações corriqueiras (profissionais, familiares, econômicas, sociais, etc.) pois, para a observadora, o lazer é dinâmico e dialético “ele se manifesta em diferentes contextos de acordo com os sentidos e significados dialeticamente produzidos/reproduzidos pelas pessoas nas suas relações com o mundo. (Gomes e Pinto, 2009, p.99).

Ambiente de consideração cultural do lazer que conforme o conhecimento de Pinto estabelece o lazer dentro da trilogia: tempo/espço/oportunidade, para vivências lúdicas atrelada a sentidos e significado. Estudo que retoma o valor do tempo com base na filosofia grega *kairós*: um momento no presente ideal para algo, reforçando a seguinte compreensão, “[...] o lazer é momento de escolha e de superação de limites sociais postos às realizações desejadas. Os sujeitos atribuem sentidos à duração, à posse/pertencimento dos lugares, aos modos de ser e conviver, aos afetos, fazeres e aprendizagens vividos”. (Gomes e Pinto, 2009, p.100).

Análises que conjugam as diversas esferas socioculturais com as vivências do lazer “em vários lugares (casa, rua, escolas, empresas, shopping centers, museus, centros culturais, bares, praças, parques etc.), cultura vivida no lazer, que traduz pluralidade, diversidade, sensibilidade e afetividade, numa profusão de estilos de vida e paisagens” (Gomes e Pinto, 2009, p.101).

Assim, todas as práticas escolhidas no tempo livre seguem para uma mesma direção: as múltiplas e complementares concepções sobre o lazer.

O lazer, através das suas mais diversas manifestações, é fundamental tanto para o sujeito como para a sociedade. Diria até que faz parte da essência da pessoa, da sua humanização. Contribui para o desenvolvimento pessoal, mas é na sua vivência coletiva que atinge, de forma rápida e eficaz, o desenvolvimento de valores que qualificam a própria sociedade. (Gomes e Pinto, 2009, p.111).

Reflexões que mostram o amadurecimento da concepção do lazer como mera liberdade ou intervalo de tempo, destinado a uma atividade produtiva. Sendo assim, a dilatação do conhecimento a partir das novas perspectivas, análises, observações e teorias, tratam o lazer por um prisma em que o tempo e espaço devem ser compreendidos no contexto das ações humanas, pois está inserida na vivência social a qual é dinâmica por natureza e por isso sujeita a trocas intersubjetivas manifestando-se nas mais diversas apresentações, logo “o lazer é um campo através do qual se pode pensar a sociedade com seus grupos, sua sociabilidade e seus conflitos” (Gomes e Pinto, 2009, p.112 apud Magnani).

Situação que amplia os vínculos da sociabilidade para outras realidades como o caso do eixo fronteiro, suscitando a indagação de que maneira se percebe o lazer num espaço territorial multiétnico cultural.

1.2 Território

A vista disso, a premissa em abordar a vida pública diária e as relações entre os espaços públicos estabelecidas nas cidades, evidencia a efetiva participação dos habitantes citadinos no papel de agenciadores nos locais coletivos no sentido de aportar diferentes formas possíveis de apropriação de um território por meio dos usos cotidianos, “Considera-se o espaço público como “um elemento urbano fundamental para o desempenho da vida social, associado à ideia de localização, acessibilidade e distribuição, e no tocante a lazer e/ou conservação de recursos naturais (Alvares *et al*, 2009:9)” (Tostes, 2007, p.14), além das expressões culturais e sociais.

Para tanto se determina entender e compreender os processos de análises da temática Território, assim como o uso diversificado da área delimitada a partir de diferentes perspectivas. Estudo que a geografia clássica apreciou a materialidade do espaço sob a óptica da extensão geográfica/espacial e durante muito tempo a nomenclatura território esteve subordinado ao poder legal do Estado, no intuito de determinar a delimitação das fronteiras físicas ao passo que posteriormente veio a se configurar uma inovadora geografia de carácter no espaço/ambiente e âmbito social (finais do século XIX e primeira metade do século XX).

Processo que gerou a construção de um poder político-econômico no mundo das

divisões de propriedade geográfica em Estados nações. Circunstância que após, a Segunda Guerra Mundial despertou interesse em ser investigado e analisado pelas Ciências Sociais e Humanas, expandindo seus preceitos teórico-conceituais conectados a Etologia. Tal teoria de influência darwinista, tomou por base o comportamento social e individual dos animais em seu habitat natural, princípio associado ao comportamento humano a fim de explicar o conceito de territorialidade.

Um “território” no sentido etnológico é entendido como um ambiente [*environment*] de um grupo (...) que não pode por si mesmo se objetivamente localizado, mas que é constituído por padrões de interação através dos quais o grupo ou bando assegura uma certa estabilidade e localização. Exatamente do mesmo modo o ambiente de uma única pessoa (seu ambiente social, seu espaço social, seu espaço pessoal de vida ou seus hábitos) pode ser visto como um “território”, sentido psicológico no qual a pessoa age ou ao qual recorre. (Haesbaert, 2007, p.16)

Caso que a Geografia destacou a argumentação da materialidade do território à amplas discussões, passando por múltiplas dimensões e, alcançando outras ciências como a Ciência Política, Antropologia, Sociologia, entre outras a ponto de se aproximar da Psicológica, a qual analisou “a construção da subjetividade da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo” (Haesbeart, 2007, p.15) mas cada uma seguindo sua própria filosofia explicativa. Assim, novas leituras do movimento social referente ao espaço/território estenderam a noção da dimensão material e das relações sociais.

Debate de novas apreciações acerca da concepção território, adquiriu conceito de qualidade relacional de interação com enfoque no homem como ser natural e no movimento social, conseqüentemente gerador da sua própria territorialidade. Abordagem que nos estudos do britânico David Harvey, teve uma ação categórica na análise do espaço geográfico definindo a construção relacional como sendo um levantamento de dados atrelados a “Elabora-se uma concepção relacional do espaço, considerando as distâncias, as localizações, as extensões, os custos, as informações e as interações sociais (Harvey, 1969). O espaço assume um caráter relacional” (Saquet, 2009, p.74).

Contudo está correlação de efetivação do espaço/território é uma relação de atividades ativas do homem dentro da dinâmica social, decorrendo em combinações de fatores ambientais, culturais, de identidades, transformações, permanências, modo de viver (fruto da relação área-espaço/real-sociedade), como também adota-se caráter político e econômico, etc. pois, segundo Saquet o homem atua no espaço natural, portanto o “Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas” (Saquet, 2009, p.81).

Circuito que na óptica geográfico/território limítrofe, mostra-se inevitável a associação

de poder soberano estatal pois, é nesta geografia política que “ o território é visto como um espaço delimitado e controlado (...) relacionado ao poder político do Estado ” (Haesbaert, 2004, p.17) porém, uma temática espacial não desvinculada das relações sociais. Aprofundamento reflexivo de espaço e território, que se somam as disposições de estudiosos do assunto a referência de “O território se forma a partir do espaço, é resultado de ação conduzida por ator sintagmático. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço”. Efeito que na metáfora do pensador marxista Lefebvre “O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p.143 e 144).

Dessa maneira, a ideia de território encontra-se atrelada a construção de poder que o homem concede a um determinado espaço, dando lugar a territorialidade e a partir deste momento imputa um valor particular. Teorias debatidas a fim de entender essa a definição de territorialidade, algo ainda por se realizar, segundo Raffestin:

A história dessa noção está por ser feita, principalmente porque ela nos veio dos naturalistas, que se preocuparam com a territorialidade animal e não com a territorialidade humana. (...) naturalistas em 1920, por H. E. Howard por exemplo, que a definiu como “a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e ockee-lo contra os membros de sua própria espécie”. Nas ciências do homem ela foi tratada, seja direta ou indiretamente, por aqueles que de perto ou de longe abordaram as relações com o espaço ou o território. (Raffestin, 1993, p.159).

Análises que foram superadas por estudiosos do tema sob outras óticas, dentro das quais a literatura americana tratou do assunto segundo as observações de Edward Hall. O sociólogo discorreu a respeito da territorialidade definindo-a como “um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem”. Enquanto o geógrafo Edward Soja conceitua a territorialidade como “o mais geográfico dos modelos é aquele das relações espaciais determinadas por inclusões ou exclusões”. (Raffestin, 1993, p.159).

Definições que na hipótese de Hall, estabelece uma relação com o outro ao passo que os estudos de Edward Soja se centram em modelar o espaço geográfico e o grupo social que habita, teoria idealizada segundo a influência capitalista de base na propriedade privada. Condição, que para o intelectual René Girard a relação com o território é triangular, no sentido de “que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros”, para o pesquisador a territorialidade é um conjunto de relações entre sociedade, espaço e tempo. (Raffestin, 1993, p.159).

Pressupostos, que tratam da territorialidade por um viés de projeto relacional passando

por entre a realidade e a prática, dentro de uma coletividade social. Portanto, seu sistema institucional é dinâmico e o espaço abstrato pois, os elementos que o compõe: indivíduo/coletividade-relação particular-lugar, entrelaçam relações entre si.

“(…) tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou de comunicação”. No entanto, “Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder. (Raffestin, 1993, p.161 e 162).

Processo de produção territorial homem-espaço de efeitos comportamentais ativos, variáveis e diversos no ambiente social, mais ainda em área fronteira na qual os atores/indivíduos elaboram um conjunto de relações de satisfação social, político, econômico, cultural, de lazer entre outros, conectados a criação das suas territorialidades em diferentes níveis de desenvolvimento.

A territorialidade pressupõe, dessa forma, um movimento descontínuo, uma vez que cada segmento ou sociedade terá distintas formas de se relacionar com o território, em função de contextos históricos, culturais, econômicos nos quais estão inseridos, ao mesmo tempo, que se constrói um novo panorama, (...) (Costa; Dias, 2007 p.230).

Combinação de elementos reunidos dentro de um espaço geográfico de o ambiente social particular em que se utiliza o território nas diversas linguagem simbólicas, observação que segundo o geógrafo “Raffestin (1976 e 1978): a territorialidade é compreendida como relacional e dinâmica, mudando no tempo e no espaço, conforme as características de cada sociedade”. (Saquet, 2009, p. 78) assim, Raffestin e o geógrafo italiano Eugênio Turri definem:

Para Turri (2002) (...). As mudanças sociais, por exemplo, têm ritmos diversos e resultam do modo de viver e produzir, tanto econômica como política e culturalmente. O território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas. O homem age no espaço (natural) (Saquet, 2009, p. 81)

Processo de renovada observação da territorialização que cada vez mais manifesta ser resultado da condição dos “processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades” (Saquet, 2009, p.83). Sentido de correspondência de processos em que o lugar/território é desempenhado pelas condutas, práticas e comportamentos dos homens.

Avanço analítico de observação aos diversos movimentos sociais em cada espaço geográfico que demonstram aquisição de características específicas conforme sua coletividade e realidade vivida. Teorização que articulados a outros elementos individuais como proventos,

idade, geração, gênero e outras ações segmentais, processo de particularização do uso da extensão do espaço em concordância do autor:

Haesbaert destaca que a distinção dos territórios se dá de “acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja. Os objetivos de controle social que se dão em ações de territorializações variam conforme a sociedade e a cultura (renda, idade, geração, gênero). (Haesbaert 2014, p.59).

Complexidade que os estudos territoriais envolvem questões espaciais e sociais conectadas a territorialidade humana, de acordo com Ferreira (2014, p. 125 apud Fernandes, 2009, p. 10) “As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios” (2014, p. 125 apud Fernandes, 2009, p. 10).

Organização territorial que ultrapassa o limite físico, estabelecendo novas formas de produção de espaço, possibilitando a articulação dos territórios estabelecidos e o redimensionamento das práticas sociais, por conseguinte influenciam na diversidade das manifestações dos espaços públicos nas cidades. Algo que não poderia ser diferente na dinâmica regional fronteiriça.

1.3 Territorialidades

A vista disso, a importância em detalhar a caracterização territorialidade no sentido pós-moderno requer abordar uma lógica territorial, que não pode deixar de lado a vida pública diária e as relações entre os espaços públicos. Teorização que diversos autores exploraram o tema em diferentes dimensões, porém unânimes na particularidade do ato vivido pelos ocupantes nos seus espaços. Portanto, uma manifestação social materializada em territorialidades, onde se desenvolvem emoções simbólicas e conexões espaciais. Em suma:

(...) autores como RAFFESTIN (1993[1980]), SACK (1986), ALLIÉS (1980) e BADIE (1995), HAESBAERT (1997) admite que a territorialidade especificamente humana recai em estratégias usadas para controlar áreas e influenciar pessoas, fenômenos e relacionamentos (SACK, 1986), além de ser um componente do poder e permitir compreender a ligação simbólica dos grupos sociais com seu espaço. A territorialidade se dá na busca por tentar diferenciar um espaço e distingui-lo entre seus ocupantes (tornando-o exclusivo), expressando o vivido territorial por uma coletividade (Soja, 1971; Raffestin, 1993). (Ferreira, 2017, p. 24)

Perspectiva que Saquet dimensiona a complexidade das relações diárias e pessoais ao processo histórico/geográfico e enlace particular/coletivo com cada zona, razão pelo qual cada grupo ou indivíduo aporta um ato contínuo/descontínuo aos espaços apropriados. Descrevendo o autor a seguir:

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no

espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (Saquet, 2009, p. 88).

Laço de tempo e espaço que o lugar/cidade estabelece com diversificadas condições de prestabilidade aos habitantes/citadinos, os quais adquirem o papel agenciador de tais espaços aportando diferentes formas possíveis de apropriação do território, por meio dos usos cotidianos aplicados. Deste modo o espaço vivido “Considera-se o espaço público como um elemento urbano fundamental para o desempenho da vida social, associado à ideia de localização, acessibilidade e distribuição, e no tocante a lazer e/ou conservação de recursos naturais” (Alvares *et al*, 2009:9 apud Tostes, 2007, p.14), além das expressões culturais e sociais, considerando-se também:

Nele, diversas territorialidades se manifestam tanto na forma imaterial (quando o usuário desenvolve uma relação de poder e/ou afeto com o território) quanto na forma material (o domínio estabelecido por meio de apropriações físicas, como camelôs, feirantes, moradores de rua etc.). (Tostes, 2007, p.14).

Expressão territorial que ao abranger a dimensão imaterial as relações de poder/afeto entrelaçam o vínculo entre o espaço e ação humana, produzindo-se valores subjetivos, de identidade e sensações simbólicas com o lugar, permitindo uma ativação de múltiplos territórios. Instaurando-se uma dialética de transitividade social sobre um “(...) viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifesta os processos de desterritorializações e (re)territorializações”. (Fuini, 2017, p. 20).

Espaço social que mantém o encadeamento da tríade habitante-território-territorialidades onde transcorrem valores imateriais (sociocultural), subjetivos (gêneros) e ações dos indivíduos, na qual também se desenvolvem processos de agrupamentos coletivos de “(...) características sociais, econômicas e culturais da população que o ocupa. Esse conjunto de características materializa-se no crescimento e na ocupação de uma cidade, enaltecendo aquilo que vigora no transcurso do tempo” (Tostes, 2007, p.14).

Dentro de uma organização social, os grupos e os indivíduos ocupam partes do espaço, distribuindo-se de diversas formas, de modo a atender às suas necessidades e para melhor contextualizar-se nele. Esse processo gera uma rede de ações impressas no espaço, estabelecendo uma relação de poder entre a formação territorial e as atuações dos indivíduos e das coletividades.

É nos territórios imateriais, portanto, que se desenvolvem as relações entre agenciadores e território. (Tostes, 2007, p.33).

Ações humanas em que os agentes: pessoas e grupos pensam e formam as territorialidades (apropriação do espaço público) segundo seus estímulos, contextos, âmbitos simbólicos (identidade e dinâmicas de convívio), valores de uso e espaço comprado e vendido,

pois “É nos territórios imateriais, portanto, que se desenvolvem as relações entre agenciadores e território” (Tostes, 2007, p.33). Manifestações que não se limitam ao desempenho local do espaço e sim a ampliar a potencialidade da expansão das territorialidades dos grupos/usuários no espaço vivido.

[...] os espaços públicos são locais em que os estranhos se encontram e portanto constituem condensações e encapsulações dos traços definidores da vida urbana. São nos espaços públicos que a vida urbana, com tudo que a separa de outras formas de convívio humano, alcança sua expressão mais plena, em conjunto com suas alegrias e tristezas, premonições e esperanças mais características (Bauman, 2001:102 apud Tostes, 2007, p. 42).

Vivência pública que na análise de Tostes “ (...) as territorialidades como apropriações advém de sua capacidade de ressignificar as espacialidades cotidianas da cidade, gerando novas usanças, ou seja, novos sentidos sobre os já existentes” (Tostes, 2007, p. 44), no tocante aos espaços pré-estabelecidos pela administração pública configurando-se em usos e funções diversas, materializadas nas distintas territorialidades de caráter coletivo/individual, cultural, político, ambiental, comercial, de serviços, entre outros. “No âmbito dos espaços públicos, encontram-se ambiências como ruas, praças, parques, calçadas etc.; e no dos espaços livres privados, listam-se os pátios internos, as áreas remanescentes de edificações, entre outros aos quais nem todos os habitantes da cidade têm livre acesso.” (Tostes, 2007, p. 42).

Categorias livres que configuram a vida coletiva em diversos recortes territoriais resultante das demandas dos moradores locais. Espaço configurado de maneira geral em escalas de pequenos centros urbanos ou regiões metropolitanas. Dinâmica não aquém a vivência fronteiriça de particularização relacional multicultural e sobretudo de influências diretas de valor regional, pois a zona fronteiriça é um espaço dinâmico “compuesto por diferencias producto del límite internacional, y por los flujos y las interacciones transfronterizas, cuya territorialización más evolucionada son las ciudades gemelas” (Machado, 2006: 21). (Características Socioeconómicas de las Juventudes En Las Ciudades Fronterizas Del Mercosur, 2020, p. 13).

1.4 Lazer

Considerando que o tempo de descanso é algo intrínseco ao viver natural do homem e na vida humana ser um ato dinâmico, o período de folga adquiriu novos conceitos de acordo como a vida cotidiana progredia. Assim, conforme o desenvolvimento socioeconômico evoluía no tempo e espaço, o intervalo de tempo foi atingindo o cotidiano laboral, ampliando a acepção segundo as diferentes atividades humanas que o mundo contemporâneo empreendia,

determinando este processo como se constituiu o primórdio do tempo livre a princípio de vida no sentido de lazer.

Propósito que a origem se encontra na Antiga Grécia (séc. XIV a IX a.C.), berço da formação cultural europeia ocidental. Em harmonia os autores descrevem:

Somente o tempo livre enquanto princípio de vida, contrário à sujeição ao trabalho, poderia permitir o completo alcance do desenvolvimento individual e social. Chama-se a atenção para o fato de que tal noção não significava uma vida ocupada por qualquer tipo de prazer, mas sim pelo cultivo da contemplação. Nem mesmo a participação política, tão valorizada pelos gregos, deveria atrapalhar tal perspectiva. (Melo; Júnior, 2023, p.09, grifo nosso).

Organização social compreendida nos direitos e participação política, consagrava os princípios morais (a verdade, ética, justiça) atrelada ao valor contemplativo da beleza, alma e bondade em concomitante estima as representações artísticas (teatro: comédia e tragédias, arquitetura, etc.). Enlaces transcendentais evoluídos que iam de encontro a vida laboral de cunho escravocrata e reduzido grupo de cidadãos livres.

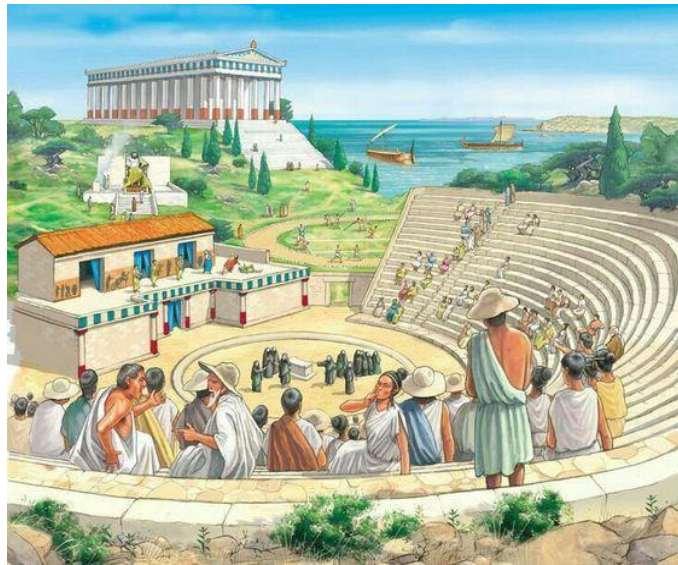
Considerava-se que o trabalho cotidiano e seus desdobramentos atrapalhavam a plena vivência e o alcance desses intuitos, já que reduziam as oportunidades necessárias para a dedicação a sua busca. Esse princípio de vida, em que o tempo livre ganhava importância, não como momento de pura desocupação, mas como ocasião de crescimento espiritual, era denominado *skholé*. (Melo; Júnior, 2023, p.08).

Reflexão que mesmo constituída por uma estrutura socioeconômica escravista, o tempo livre era disfrutado por um estrato seletivo “somente o homem que possui tempo livre é livre, já que, para ser livre, um homem deve possuir tempo livre”, prisma modificado quando Grécia se submete ao domínio romano.

Roma por sua vez, era um povo de convicção bélica, portanto, alterou a concepção do tempo livre para o divertimento popular, subtraindo a categoria “elitista” e a conectou às diferentes atividades de entretenimento “eram oferecidas práticas mais fortuitas de distração, organizadas e/ou reguladas em grande parte pelo próprio Estado. Inaugurava-se o que chamamos de política do “pão e circo”, com o intuito de controle das massas”. (Melo; Júnior, 2003, p.08 e 10). No entanto, o acesso aos bens culturais de contemplação artística, permaneceram à elite romana (composta pelos patrícios).

Coletivização do tempo livre representada na ilustração abaixo, onde se aprecia o uso do tempo não laboral na imagem de pessoas aguardando para assistir um espetáculo, ao mesmo tempo se observa a opulência das artes de arquitetura e paisagismo, ou seja, a vivência da diversão do período de descanso não era algo desconectado a beleza artística.

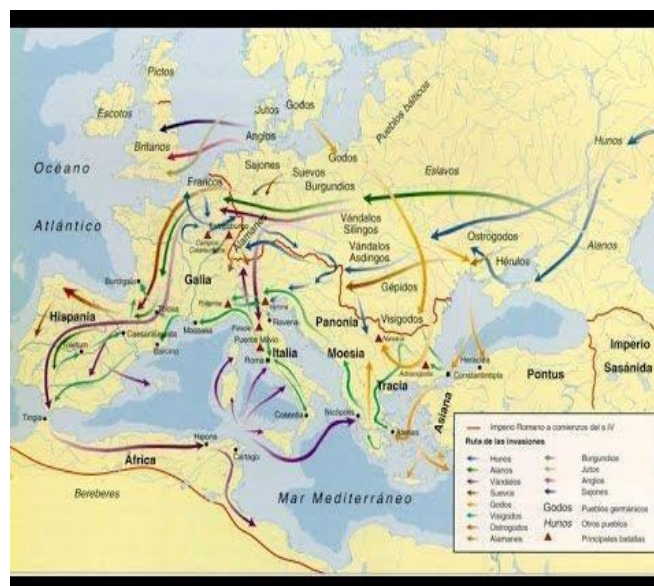
Figura 4: Diversão Popular O Coliseu



Fonte: Página Pinterest.

Socialização que no transcurso do tempo histórico o império romano ocidental enfrentou problemas de instabilidade político-social, crise econômica, invasões estrangeiras (bárbaros), divisão territorial entre Ocidente e Oriente, progressiva cristianização e destituição do imperador Rômulo Augusto. Principais causas que provocaram o inevitável declínio de Roma, como mostra a figura a seguir:

Figura 5: Invasões Bárbaras



Fonte: Página Pinterest.

Evento que transcorreu para uma nova organização social centrada no feudo, sucedendo

a Idade Média no século V até o século XV. Período em que a população romana abandonou as cidades e se abrigou no campo organizando-se sob um modelo político econômico centralizado na terra e relação de fidelidade entre o senhor feudal/nobre (dono da terra) e o servo (mão servil) cumplicidade estendida igualmente a relação de probidade entre o clero e monarcas.

Ordenação social de observância com vistas no proveito do tempo de não labor ainda que conservava o princípio “popular” tal intervalo era aplicado as celebrações festivas cristãs, nascendo deste ato o julgamento de “pecado”, quando se tratava do descanso para o servo, consequência da intensa influência filosófica do Cristianismo. Situação diferente no caso da nobreza, para este o tempo livre/ócio conotava intervalo de tempo proveitoso para a exibição de poder e riqueza, havendo certa flexibilidade para os artesãos e pequenos comerciantes, assim:

Para a população em geral, continua a ser um tempo de descanso e festa, mesmo que exíguo e bastante controlado, já que se estabelecem mais limites ao que pode ser vivenciado, com base em um rígido conceito de pecado instituído pela Igreja Católica. Para os nobres, o ócio passa a ser um tempo de exibição social e de exposição de gostos (e gastos) luxuosos. O trabalho era considerado uma obrigação para os menos abastados, notadamente as tarefas “menos dignas e mais comuns”, responsabilidade dos servos e camponeses. (Melo; Júnior, 2023, p.10).

Época historicamente de fervor devocional cristã interligado aos desígnios do Estado, fato que ocasionou insatisfações e questionamentos por parte dos movimentos reformistas a tradição Católica. Inquietação que indagava o juízo de valores ao tempo de descanso, o qual passava a ser denominado de ócio e atividade indevida, exaltando o ato de trabalhar como sinônimo de virtude.

O não-trabalho deixa de ser encarado como apenas um vício e passa a ser considerado inimigo do trabalho, a diversão encarada como um dos maiores pecados: “O trabalho enobrece o homem, o ócio não”. As vivências dos populares tornam-se ainda mais controladas; o intuito é evitar que se dediquem a “atividades indignas” e/ou que signifiquem “perda de tempo”. Os divertimentos e os festejos, quando não reprimidos, são no mínimo “modificados”, para se adequarem aos novos parâmetros socioculturais em construção. (Melo; Júnior, 2023, p.11).

Modelo político teocrático de intensas críticas a fé cristã que derivaram em reprovações, principalmente a venda de indulgências. Fato profundamente censurado pelos intelectuais do momento, o monge Martin Lutero (Alemanha) e o teólogo João Calvino (França) impulsionando inovadoras doutrinas, como o Puritanismo na Inglaterra. Época de muitos movimentos de contestação ao poder católico, facultando em diversos câmbios econômicos, políticos e culturais, além do êxodo dos cidadãos às cidades, ocasionando “um avulto no fluxo comercial com o advento da implantação do modelo de produção fabril, da organização do trabalho em fábricas”, iniciando-se uma nova fase mercantil crescente. Prática econômica de um conjunto de ideias embasadas no acúmulo de metais preciosos, protecionismo

e intervenção do Estado na economia.

Fatores que influenciaram a Europa do século XV ao XVIII, com acontecimentos que deram causa para os primeiros impulsos ao Capitalismo, “Observa-se uma progressiva artificialização dos tempos sociais. Isto é de acordo com os autores:

(...) o cotidiano passa a ser demarcado pela jornada de trabalho, nessa fase inicial do capitalismo não só bastante longa (comumente de 12 a 16 horas diárias), como também indiscriminada no que se refere à faixa etária e ao sexo (homens ou mulheres, adultos, crianças ou idosos) e não regulamentada (não havia férias, aposentadoria, dia de folga remunerado etc.). (Melo; Júnior, 2023, p.11).

Dinâmica manufatureira instalada à massa proletária sobre imposição legal do trabalho a doze horas, por meio de afirmações anglicanas de bondade cristã: “Trabalhem, trabalhem noite e dia! Ao trabalharem, fazem crescer a vossa miséria e a vossa miséria dispensa-nos de vos impor o trabalho pela força da lei” e manifestação dos economistas burgueses “E os economistas continuam a repetir aos operários: Trabalhem para aumentar a fortuna social!” (Lafargue, 1968, p. 99 e100) em suma:

Doze horas de trabalho por dia, eis o ideal dos filantropos e moralistas do século XVIII. As oficinas modernas tornaram-se casas ideais de correção onde se encerram as massas operárias, onde se condena a trabalhos forçados, durante 12 e 14 horas, não só os homens, como também as mulheres e as crianças. (Lafargue, 1968, p. 95).

Dia a dia fabril exibida na cena de uma fábrica (figura cinco) na qual se identifica a representativa participação da mulher operária no mundo do trabalho, a precariedade do local, falta de equipamentos básicos de segurança e o esgotamento no semblante, pelas exaustivas horas laborais.

Figura 6: Cotidiano Fabril A mulher operária



Fonte: *Cuales*

Época de Modernidade e estreia capitalista, que a palavra Lazer adquiriu significado e sentido como a operamos atualmente. Processo de um sistema industrial pautado no modelo de produção e organização pautado no trabalho fabril, assim como se instalou um intenso fluxo de desenvolvimento urbano/industrial, divisão do trabalho, mão de obra livre mal paga e em condições desumanas. Somados a mobilidade social, derivando numa ascensão burguesa de brilho no mundo empresarial versus o despertar das lutas sociais, reivindicações e inovações científicas, caracterizando este período de moderno.

Modelo de produção que estabeleceu uma nova ordem social com tenção a disciplina, supervisionando os locais de entretenimento popular como bares, feiras, apostas, etc. pois, havia uma compreensão deturpada a respeito destas distrações “As diversões eram entendidas como perigosas e perniciosas” para tanto era necessário serem combatidas e controladas, uma vez que os operários se reuniam nestes locais no tempo livre para aliviar a tensão do trabalho e “melhor pensar sobre como superar tal situação”, decorrendo na compreensão de tomar “consciência de sua situação de opressão e entabulavam estratégias de luta e resistência” índice que na visão industrial eram focos de “subversão” e “desordem” por isso precisavam ser combatidas e controladas” (Melo; Junior, 2003, p.13), conceitos que de acordo com os autores e a imagem conferem:

Não por acaso uma das reivindicações sempre presentes nas lutas dos trabalhadores era a redução da jornada de trabalho, objetivando a ampliação das possibilidades de diversão e descanso, já diretamente afrontadas pelo aumento da miséria e pela redução dos espaços públicos, consequências do processo de industrialização e da urbanização crescente e desordenada. (Melo; Junior, 2003, p.13).

Materialização da possibilidade de diversão na réplica de um dos locais mais populares de divertimento e ponto de encontro das massas, para tratar das consequências do processo industrial na sociedade operária: A taberna.

Figura 7: Cotidiano Fabril A mulher operária



Fonte: Aventuras na História

Condição de planejamento estratégico socioeconômico que a classe dominante

(proprietários do capital) manteve o interesse em sustentar o subdesenvolvimento da camada proletária assim, mais uma vez a classe dominante atuava sob procedimento persuasivos de ação punitiva associado a fé cristã, retomando o valor de pecado com o fim de aportar a responsabilidade de péssimas condições de vida dos indivíduos, eximindo a responsabilidade do poder capitalista com o compromisso social. Em conformidade com os autores se resume em:

O processo de controle do tempo de não-trabalho foi entabulado com a articulação entre o poder judiciário, as forças policiais e a influência religiosa: leis restritivas, aprovadas pelo primeiro, eram observadas por um sistema policial a serviço da “ordem” e reiteradas pela intervenção da religião, que começava a se inserir nos meios populares a título de oferecer ajuda material e espiritual à “difícil situação de pobreza”. Tomando a noção de pecado como arma e suposta causa fundamental da miséria, cuja ocorrência seria, portanto, uma responsabilidade dos indivíduos (Melo; Junior, 2003, p.13, grifo nosso).

Execução reguladora fundamentada na desigualdade social, condição de proveito a permanência da precariedade populacional e manipulação articulada entre detentores poder e a interferência das instituições religiosas, defensoras do trabalho como única possibilidade de dignidade humana. Confabulação silenciosa que paulatinamente infiltrou-se na mentalidade coletiva com o fim de responsabilizar as pessoas pelas suas misérias e contribuíram para “ (Melo; Junior, 2003, p.14) levar a coerção, o controle e a disciplina fabril para o interior de cada indivíduo” reprovando os momentos de folga ao ponto conceituá-los de desperdício de tempo ou improdutivos, conforme a seguir:

Por isso, propunham a substituição das práticas “pecaminosas” pela oração, pela tarefa de aprendizado da religião (campo em que se destacam as escolas religiosas dominicais) e pela “recreação produtiva”. (Melo; Junior, 2003, p.13, grifo nosso).

Processo que segundo a lógica fazia-se necessário uma reorganização de controle sócio organizacional das diversões populares tradicionais, percebidas como “selvagens e atrasadas”, sendo substituídas por manifestações “civilizadas” de espetáculo, plateia e audição, derivando a “ criação de clubes esportivos de trabalhadores, de bandas de música de operários e de grupos festivos das camadas populares, entre outros” (Melo; Junior, 2003, p.14) descaracterizando o sentido ou significado das originais expressões coletivas. Assim o trecho a seguinte descreve o autor:

Nesse contexto, por exemplo, touradas e brigas de galo, entre outras formas tradicionais de diversão, foram perseguidas em muitos países, consideradas costumes “bárbaros e atrasados.

(...) O novo padrão de divertimento induzia ainda à identificação pública dos mais poderosos (desfilando suas roupas nos melhores lugares das novas instalações de lazer) ao mesmo tempo que buscava eliminar qualquer protagonismo dos menos ricos, (...)” (Melo; Junior, 2003, p.14, grifo nosso).

Logo, os espaços públicos não eram mais gratuitos e populares desdobrando-se em manifestações recreativas elitistas seguida de um impulso comercial rentável com a venda dos ingressos para os espetáculos, acentuando ainda mais a divisão social e iniciando-se a tecnologia têxtil. Modalidade capitalista que gerou diferentes estilos de vestuário ao ponto de aportar valor social de status.

Convicção, que instaura uma nova atividade alternativa capitalista de ação autônoma, no papel da modista (profissional que desenha e confecciona roupa feminina ou que dirige um ateliê de costura para senhoras), exposição abaixo:

Figura 8: Tecnologia têxtil Vestuário séc. XIX



Fonte: História da moda

Iniciativas elitistas de redirecionamento do novo padrão de divertimento traçadas para controlar as atividades de lazer e fragmentar a população. Sucesso que produziu resistência “A própria manutenção das maneiras tradicionais de diversão foi uma estratégia: se os populares frequentavam os espaços de lazer constituídos pela elite, não abandonavam de todo suas práticas já existentes”, consequentemente havia uma circulação de “interinfluências, de circularidade cultural: se os dominantes influenciam nos parâmetros de vida dos dominados, os últimos também influenciam nos parâmetros e projetos dos primeiros” (Melo; Junior, 2003, p.14).

Enfim, não é possível pensar a configuração do fenômeno moderno lazer como algo pacífico, inocente, ingênuo ou dissociado de outros momentos da vida: as práticas de diversão nessa nova conformação são marcadas pelas tensões entre as classes sociais e pela ocorrência contínua e complexa de controle/resistência, adequação/subversão. Estamos falando de um conjunto de situações desenvolvidas no grande palco de lutas das organizações sociais. (Melo; Junior, 2003, p.15).

Tempos de modernidade capitalista marcada pela desigualdade social e longas jornadas

de trabalho que originaram a consciência operária “os populares começaram a se organizar e a reivindicar direitos que poderiam, na ótica dos mais poderosos, colocar em risco o sistema que estava sendo construído” (Melo; Junior, 2003, p.12).

Episódios de uma sociedade industrial onde o ator principal era a empresa privada, porém, guardando ambiguidades conceituais nas árduas horas de trabalho e direito ao “ócio”. Observações, não despercebidas por intelectuais atentos em analisar o tempo liberado, “É na Europa que um militante socialista, *P. Lafargue*, escreve o primeiro panfleto a favor do lazer dos operários, contra a mística do trabalho (1883). Ele abria sobre o socialismo uma querela que perdura ainda: o trabalho é um fim ou um meio? ” (*Lafargue*, 1968, p. n.)

Momentos impactantes de articulação popular e significantes triunfos trabalhistas de efeito inovador ao desabrochar o advento do Primeiro de Maio de 1943. Conquista que efetivou a redução das horas trabalhadas e direitos humanizados ao compasso do incessante clamor das organizações sindicais pelo direito ao tempo de descanso, avanço que repercutiu na elaboração em leis laborais a nível universal e oficializou o direito a pausa laboral dentro de uma nova visão salutar de melhor qualidade de vida.

Questionamentos que pensadores socialistas mostraram interesse em observar com mais atenção o “tempo liberado”, estabelecendo-se uma nova ramificação científica: a sociologia do lazer (séc. XX), “Mas é nos Estados Unidos que se funda a sociologia do “lazer”. (Dumazeider, 1974, p.20).

É preciso esperar os anos 1920-1930 para ver, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, os primeiros estudos da sociologia empírica do lazer propriamente dita. A instauração da jornada de oito horas provoca a esperança e também a inquietude dos reformadores sociais: o tempo liberado será utilizado para o florescimento ou para a degradação da personalidade? (Dumazeider, 1974, p.21).

Mundo fabril que irradiou um modelo capitalista de produção industrial influenciável ao processo econômico dos países colonizados, enquadrando-os na mecanização do trabalho e mão operária. Influência que o Brasil adotou enfaticamente na década de 1940, mas desde os anos 20 e 30 vinha aderindo aos novos modelos socioeconômicos ocidentais de matiz equilibrado e humanizado, possibilitando “satisfação e felicidade” com a experiência das “primeiras “praças de esporte” e “centros de recreio” que surgiram na transição das décadas de 1920 e 1930. Naquele momento, as atividades “recreativas” eram entendidas como forma de manutenção da saúde e recuperação da força de trabalho (...)” (Melo; Júnior, 2003, p. 18).

Período que o Brasil viveu intensa intervenção cultural europeia da *belle époque* o país se adaptou as maneiras estrangeiras ao solo tropical em diversas áreas, sendo uma delas a arquitetura nos equipamentos e espaços destinados ao uso do tempo livre, como se observa na

imagem abaixo:

Figura 9: Centro de Recreio



Fonte: Julio Ferrez. Arquivo Nacional. Fundo Família Ferrez, década 1930 ou década de 1940

Deste modo o transcurso os anos de 1960 e decorrer dos 1970, destacou-se pelas observações científicas no campo do cotidiano sócio capitalista, motivando a debates relacionados ao lazer “O assunto começa a ser considerado um fenômeno social de grande importância e um direito social como qualquer outro” (Mello; Júnior, 2003, p. 21). Contexto que a moderna sociologia do lazer inaugurou com investigações em diversas produções de estudos e pesquisas.

Temática que adquiriu uma dimensão de urgência social nas nações ocidentais iniciando abordagens com mais conexão social, vislumbrando um contexto funcionalista com base nas necessidades humanas do mundo moderno e é neste quesito que o público

jovem entabula pesquisas de “Vastas sondagens de opinião sobre o lazer dos jovens (1954) aí resultam numa vigorosa política de equipamento e de formação”. (Dumazeider, 1974, p.21) tratando do assunto sob uma ótica mais crítica “vemos surgir iniciativas de elaboração mais estruturada de políticas públicas, mesmo que em muitos casos ainda tímidas e perpetuando determinadas imprecisões conceituais (...) sua ligação direta e linear ao esporte. (Mello; Júnior, 2003, p. 21).

Acontecimentos que o Estado brasileiro aderiu as novas estruturas sociais para além do mundo do trabalho, implantando normativas jurídicas laborais em que o tempo livre do operário foi posto em consideração legalizando o lazer na constituição de 1988. No entanto, é na década de 70 os debates relacionados ao tempo liberado/libre “começa a ser considerado um fenômeno

social de grande importância e um direito social como qualquer outro” (Melo; Júnior, 2003, p. 21). Desta maneira o Lazer assume caráter investigativo dando origem a práticas multidisciplinares (ciências sociais, comunicação social, psicologia), coletivas (educação física) e corporativas assim como propostas de estudos e projetos.

Neste contexto, diversos eventos científicos contribuíram para mobilizar o aprofundamento de conhecimentos sobre o lazer. Um evento de grande repercussão foi o Seminário sobre o Lazer: Perspectiva para uma Cidade que Trabalha, realizado em 1969, em São Paulo, por meio da parceria estabelecida entre a Secretaria do Bem-Estar Social e o Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC-SP). (Gomes; Pinto, 2009, p.85).

Iniciativas, que se ramificaram em diversos cursos, consultorias, encontros intelectuais, palestras, tradução de livros, etc., todos pautados na influência teórica do sociólogo francês Joffre Dumazedier, pesquisador do Lazer social (1974), conforme a seguir:

A partir de meados da década de 1980 as produções de alguns autores forneceram contribuições significativas para o estudo do lazer, o que coincide com o processo de redemocratização do Brasil e da busca dos conhecimentos produzidos em outros países. A primeira obra de Camargo teve grande difusão no Brasil. A de Marcellino, por sua vez, representa uma importante referência para os estudos do lazer no país, considerando o volume de sua produção e a citação de suas publicações, especialmente a partir da década de 1990. (Gomes; Pinto, 2009, p.87).

Nota-se, que a inícios dos anos 80 os primeiros ensaios a respeito do Lazer, tiveram intensa orientação teórica vinda dos intelectuais estrangeiros. Contudo, a produção nacional, obteve importantes pesquisadores: “Medeiros, Requixa e Gaelzer” estudiosos interessados em observar a vivência do tempo livre/Lazer, inaugurando reflexões metodizados e lançando novos espaços de abordagem do tema no campo da comunicação de massa: jornais, revistas de informação geral, se escrevem livros e artigos “no mundo acadêmico como um todo, com destaque para a formação de grupos de pesquisa advindos de diversas áreas de conhecimento, a realização de eventos científicos ligados ao assunto e o aumento do número de publicações”. (Gomes; Pinto, 2009, p.87).

Movimento social que os anos 90 os órgãos governamentais organizaram políticas e delinearam públicas a respeito da temática do Lazer de maneira mais centralizada na compressão conceitual de fenômeno social, dissociando-se da cultura e do esporte, mesmo que ainda se mantenha uma tendência de vínculo deste na indústria do entretenimento “Estima-se que a indústria cultural brasileira tenha movimentado, somente no ano de 1998, aproximadamente R\$ 6,5 bilhões (cerca de 1% do Produto Interno Bruto) e que, em 2000, mais de 2.500 empresas tenham investido em cultura” (Melo; Júnior, 2003, p. 22), segundo dados a seguir:

Nos anos 1990, percebe-se também, no Brasil, um novo delineamento e uma nova

estruturação da indústria do entretenimento, em consonância com o que se passava no cenário internacional. Podemos identificar o crescimento das preocupações com o turismo, a consolidação do esporte como poderoso produto de negócios, o fortalecimento do mercado ligado às diversas manifestações artísticas, o aumento do poderio dos meios de comunicação e o rápido, embora desordenado, crescimento do número de parques temáticos e *shoppings centers*. (Melo; Júnior, 2003, p. 22, grifo nosso).

Contudo, a nova dinâmica do mercado industrial não anulou a escassez de oportunidade laboral e desemprego, remodelando a jornada de trabalho e, o tempo social à outras ações de entretenimento “por exemplo, condomínios, casas de festas infantis, cruzeiros marítimos, além dos chamados “projetos sociais”, que grassaram pelo país, apresentados como alternativa para reduzir a diferença social” (Melo; Júnior, 2003, p. 22 e 23), equipamentos que particularmente direcionaram-se a crianças, jovens e idosos. Situação que mesmo “a máquina de “vender sonhos” — a indústria do entretenimento — esteja cada vez mais organizada e atuante”. Panorama que o tema Lazer ainda tem alguns campos a serem superados e reconhecidos no ambiente acadêmico, em decorrência da tabela a seguir:

Quadro 1: Segmentos do Lazer

Políticas Públicas	Universo Acadêmico	Mercado do Entretenimento
O lazer deve ser encarado como fenômeno social moderno configurado no quadro das tensões entre as classes sociais; constitui-se como um direito social e um motivo de intervenção de políticas públicas; mesmo sendo uma preocupação recente e ainda alvo de atenção secundária, há uma clara tendência de crescimento de ações governamentais ao seu redor.	Há ao redor do lazer configurado um campo acadêmico, inserido em uma longa tradição de estudos e pesquisas, embora ainda careça de completo reconhecimento. No âmbito das universidades; a temática se caracteriza pelo caráter Multidisciplinar.	O lazer se configura como um relativamente recente, mas fértil e promissor campo de negócios; é um mercado ainda não definido por completo e com grandes lacunas a serem preenchidas.

Fonte: Melo; Júnior, 2003

Assim, a vista deste quadro científico, a presente proposta de estudo se justifica pela escassa literatura no campo do Lazer Juvenil acadêmico em área fronteiriça, pois se desconhece a dinâmica da mobilidade humana jovem e características, nesta faixa territorial, em razão das várias necessidades, motivações, referências e leituras de mundo que este público detêm, que mesmo inserido no mundo “unificador” de tendências globalizadas depositadas ao Tempo Livre das redes sociais, tecnologias, turísticas, danceterias, entre outras, a identidade desses jovens se diferenciam segundo suas territorialidades.

Deste modo, se selecionaram algumas produções sobre o tema em questão e

observaram-se as experiências realizadas em determinadas cidades e universidades do Brasil. Fato que estudiosos atentos, investigam as diversos usos do Tempo Livre, no complexo campo da vida social na realidade dos jovens.

A finalidade da investigação determinou um mapeamento da situação significativa “por áreas que permitissem maior usufruto de tempo livre por parte de crianças e jovens que não dispunham de atividades fora do período escolar” (Martins, 2014, p. 24 e 25), com o objetivo de conhecer as utilidades e percepções dos três equipamentos de administração municipal: Centro Educacional Unificado, Centro Cultural Guaianases e Parque Lajeado.

O estudo optou por critério base as “opiniões e percepções de jovens entre 13 a 19 anos, estudantes de seis escolas públicas municipais e estaduais próximas aos locais pesquisados” (Martins, 2014, p. 26), através de recurso metodológico pesquisa a campo selecionando ambos sexos e faixa escolar o Ensino Fundamental (8º ano) e alunos do terceiro ano do Ensino Médio, seguido de entrevistas com os gestores das unidades socioculturais e da área recreativa, como também conversas com alguns jovens.

Levantamento que prosseguiu para uma sistematização do perfil dos estudantes, sua família e hábitos do tempo Livre dentro e fora do lar. Dados que resultaram na análise da relação dos jovens com as áreas recreativas em questão dentro de um panorama utilitário de frequência a cada um dos locais, seguido das características dos frequentadores habituais e a opinião de cada um dos lugares.

Assim, a pesquisa detectou as atividades preferidas, a importâncias da companhia dos amigos ou namorado no tempo livre, a influência das informações impressas tem mais destaque meninas, enquanto a comunicação oral das atividades no bairro é fundamental, igualmente o marcante papel da internet e redes sociais nos meninos/meninas, entre outras.

No caso da dissertação de mestrado “Os sentidos de lazer, lúdico e educação para jovens socialmente vulneráveis no município de Toledo/PR”, o pesquisador Alexsandro Morgenroth investigou os sentidos de lazer sob o prisma dos locais destinados ao público jovem socialmente vulnerável. Desta maneira, parte sua observação a partir das vivências lúdicas e de lazer, disponíveis nos espaços específicos oferecidos aos jovens frequentadores dos Centros da Juventude. Para tanto, o autor procurou compreender o imaginário juvenil a contar do gênero musical “o Rock”, para depois abordar “questões relacionadas às noções de jovens socialmente vulneráveis e a perspectiva da política pública do Centro da Juventude” (Morgenroth, 2017, p. 18). A metodologia aplicada centralizou-se na documentação oficial estadual do Paraná e municipal de Toledo, fomentadores do Programa Centro da Juventude, juntamente com os resultados dos estudos do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística – IBGE de 2010 e 2015. O autor também, adicionou comprovantes oficiais selecionados entre outras normas legais, destinadas ao lazer juvenil.

(...) Deliberação 004/2009 – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, Projeto Centro da Juventude (2012), Sumário Executivo do Programa da Juventude (2011), o Regimento Interno dos Centros da Juventude Márcio Antônio Bombardelli e Mariana Luiza Von Borstel e a Lei nº 2.210 – COMJUTO (2015).

O Regimento Interno é um documento desenvolvido pela equipe técnica dos Centros da Juventude de Toledo/PR, e serve como instrumento interno para subsidiar a organização dos espaços e das propostas oferecidas.

A Lei nº 2.210, de 16 de setembro de 2015 dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal da Juventude de Toledo é um documento que de representação da população jovem, tendo como balizadores a Constituição Federal e o Estatuto da Juventude. (Morgenroth, 2017, p. 21).

Assim, explorou os conceitos de lazer, do lúdico e de juventude a fim de conectar estas teorias a o instrumento público no intuito de organizar um mapeamento da estrutura envolvida nos centros de juventude e identificar o papel educacional do programa, segundo os “tempos e locais atribuídos para as atividades desenvolvidas e o perfil dos profissionais do Centro da Juventude” (Morgenroth, 2017, p. 22).

(...) buscou as realidades cotidianas dos profissionais responsáveis pelo planejamento, organização, gerenciamento e execução das propostas de atividades e dos jovens que frequentam os espaços de lazer, denominados Centro da Juventude Márcio Antônio Bombardelli e Centro da Juventude Mariana Luiza Von Borstel, localizados em dois bairros periféricos da cidade de Toledo/PR. (Morgenroth, 2017, p. 23).

Procedimentos que a pesquisa somou a pesquisa de campo aplicando “entrevistas realizadas com alguns jovens que frequentam os CEJUS e profissionais a frente do programa”. Atividade que se efetivou “em períodos diferentes, manhã, tarde e noite na intenção de observá-los em diferentes programações”, observações que deram abertura a elaboração do “diário de campo (uma cesta de retalhos) o qual envolveu a descrição dos sujeitos, descrição dos locais, dos eventos e atividades”. (Morgenroth, 2017, p. 23),

Desta maneira, a investigação demonstrou resultados nas “diferentes configurações do lazer, lúdico e juventude desses jovens, daqueles que fazem parte (administração, coordenação e execução) dos CEJUS e dos documentos que amparam legalmente o programa” (Morgenroth, 2017, p. 22).

O seguinte estudo titulado Interfaces entre Juventude e Lazer Mercadoria, apresentado 11º Congreso Argentino y 6º Latinoamericano de Educación Física y Ciencias, as autoras Marin e Nascimento dissertam o lazer nas universidades sob o viés de produto comercial “A tendência do desenvolvimento do capitalismo de mercantilizar todas as esferas da vida humana”, (Marin e Nascimento, 2017, p. 02) que a vista disso compreendem subordinação do lazer à forma mercadoria. “Nessa lógica, a estética da mercadoria se torna fundamental, contribuindo para

que o lazer se reduza a um mecanismo de consumo dos bens da chamada Indústria do Entretenimento” (Marin e Nascimento, 2017, p. 03).

Neste sentido, o estudo analisa os universitários da região de Santa Maria (RS), cidade que abriga sete instituições de ensino superior, resultando é uma numerosa juventude universitária. Contexto que as pesquisadoras abordam a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com o objetivo de “tecer nexos entre sociedade de consumo, lazer e juventudes” (Marin e Nascimento, 2017, p. 06) mais especificamente as relações entre juventude universitária, a economia de Santa Maria e as danceterias.

Índice que a metodologia se concentrou na literatura publicada a respeito da tradição sociocultural das formaturas. Acontecimento que para suprir o alto custo, os universitários realizam eventos de arrecadação materializadas em festas, rifas e na organização de copas esportivas entre os cursos, além da intensa atração deste público por eventos dançantes, iniciando assim uma expressiva relação entre danceterias e acadêmicos.

O foco das festas, derivada da união danceterias-universitários, é atrair a juventude universitária, inclusive com os valores dos ingressos mais baixos se comparado aos vendidos aos não universitários. Nessa lógica, as danceterias tornaram-se uma mercadoria de alto valor e excitam a juventude universitária a consumi-las, constituindo-se como principal espaço de organização da cultura do lazer universitário santa-mariense. (Marin e Nascimento, 2017, p. 07)

Nesta lógica, os resultados analisados mostram que as danceterias incorporam um notório valor comercial “A aliança com as danceterias, em prol dos lucros para a formatura de graduação, era mediada pelo status social do curso de graduação e pela intenção primordial na obtenção do lucro”. (Marin e Nascimento, 2017, p. 11) e “excitam a juventude universitária a consumi-las, constituindo-se como principal espaço de organização da cultura do lazer universitário santa-mariense”. (Marin e Nascimento, 2017, p. 07).

Apuração que também aponta o lado pouco positivo, pois o universo do comercio do lazer noturno materializado nas danceterias é um produto muito sedutor entre a população universitária, chegando a atingir níveis de sofisticação e índices psicológicos de satisfação momentânea. Um mundo atrativo que desencadeia um viés obscuro empresarial de negligencias as normas de funcionamento, ocultando os perigos da ilegalidade dos estabelecimentos, no quesito capacidade de lotação e infraestrutura.

Em Santa Maria as danceterias no ano de 2013 concentravam o atendimento ao público em quatro dias da semana⁵, e somada à capacidade de lotação destas não comportava metade dos quarenta mil universitários, resultando em algumas, a exemplo da Boate KISS, infringir a legislação e ultrapassar sua capacidade máxima de lotação. Contraditoriamente a juventude era condescendente a esta irregularidade, pois, a chegada dos dias festa somada ao encontro de um grande número de jovens tornava-se extremamente excitante. A busca pelo êxtase e modismos conduz a juventude ao lazer privado, o que não significa vigilância às normas de segurança

relacionadas à infraestrutura do espaço. Em Santa Maria/RS a união universitários-danceterias resultou no fatídico desastre da noite de 27 de janeiro de 2013, em que 242 jovens vieram a falecer. (Marin e Nascimento, 2017, p. 10 e 11).

Diagnóstico, que as autoras debatem durante o estudo o papel da indústria do entretenimento do Lazer como de lucro, “liberdade” e “prazer” momentâneo, para uma significação de sociabilidade e desejos, articulados ao lazer ao lúdico e a prática de liberdade saudável. Na tese Práticas de lazer de estudantes do curso de educação física, a pesquisadora toma por elemento alvo universitários cursando Educação Física na Universidade Federal de Uberlândia, os quais de maioria com jornada de trabalho a cumprir além, das obrigações acadêmicas. “A escolha desses estudantes para a realização da pesquisa, foi motivada pelo fato de os mesmos terem disciplinas relacionadas ao lazer em sua grade curricular e terem a possibilidade de atuar profissionalmente nesta área após a conclusão do curso” (Ribeiro, 2019, p.11).

Fato que levou a Ribeiro a determinar seu objetivo a investigar quais são as atividades que os estudantes realizam no tempo livre. Portanto, que tipo de práticas de lazer os estudantes do último ano do curso de Licenciatura/Bacharelado em Educação Física realizam.

Sendo assim, a metodologia aplicada é de cunho bibliográfico de abordagem qualitativa e descritiva explicativa, para tanto a pesquisadora optou pela participação dos acadêmicos do último ano (8º, 9º período e possíveis formandos).

Para a inclusão dos sujeitos os critérios foram: ser acadêmico do curso de Licenciatura/Bacharelado em Educação Física, estar no último ano de graduação e regularmente matriculados. Do total de 70 possíveis participantes, participaram 64 estudantes (35 homens e 29 mulheres) com idades entre 20 a 52 anos. (Ribeiro, 2019, p.12).

Quanto aos resultados evidenciam que as atividades favoritas são os mais usuais e como assistir séries/filmes, dormir, usar as redes sociais, sair com os amigos e praticar esportes e de pouco esforço físico (leitura, navegar na internet e descansar).

Outro dado relevante, foi em relação as atividades que gostariam de realizar, mas não realizam. Nesse aspecto, se destacou, significativamente, a ‘prática de esportes’, sendo a falta de tempo o principal motivo de não a realizarem. A falta de tempo, está ligada ao fato de que 73,4% dos estudantes trabalham, tendo que conciliar o trabalho com a extensa carga horária do curso.

Além dos estudos mencionados acima, foram encontrados estudos relacionando o lazer de universitários com o uso de drogas (Tinôco, 2018), o lazer de universitários com experiências consideradas comuns globalmente (CABEZA; NUERE; DOISTUA, 2014) e o lazer dos universitários no contexto digital (Marques, 2015). (Ribeiro, 2019, p. 11 e 22).

Estudo que apontou evidências relevantes do uso do lazer nas interfases da juventude nas diversas práticas do tempo livre, assim como dados nada saudáveis na adição a drogas.

Como pode-se notar diante das referências selecionadas, o tema Lazer Juvenil no Brasil discorre em diversas experiências, desde a ação dos instrumentos públicos ao consumo de satisfação instantâneo (danceterias e outras). Em suma, o tempo livre no universo do jovem se caracteriza em variadas atividades de acesso as redes sociais, simplesmente dormir, fazer uso das tecnologias, passeios turísticos, etc.).

Portanto, mesmo considerando as ativas pesquisas sobre o tema em questão, ainda há escassez investigativa a respeito do Lazer Juvenil no viver fronteiriço. Contexto, que o presente estudo pretende explorar como se materializa o tempo livre do jovem fronteiriço? Neste caso os jovens brasileiros e bolivianos.

Diferencial que busca observar o uso das horas livres da juventude da região Sul- Mato-Grossense com o Oriente boliviano, ou seja, quais as territorialidades de lazer entre os jovens universitários fronteiriços dentro do leque de interesses, motivações, expectativas, preferencias, atividades, passeios favoritos, consumo de serviços, entre outros.

Processo que emana averiguar com profundidade como se ativam as oportunidades de intercâmbio do lazer juvenil boliviano e brasileiro, que para tanto o desenvolvimento investigatório toma por parâmetros diretivos a relevância da receptividade, opções de lazer e deslocamento.

Contexto, que transcende o estudo Mobilidade e Fronteira “A mobilidade na direção das cidades bolivianas fronteiriças é muito maior que na direção de Campo Grande, e que do Pantanal”. (Costa, 2013, p.84).

Os jovens locais conhecem o lado boliviano dessa fronteira e a visitam esporadicamente. A passagem para o lado boliviano está relacionada, fundamentalmente, com a possibilidade de compras, (...). Os jovens entrevistados em Corumbá, em sua imensa maioria, veem a fronteira apenas como o lado boliviano. Para eles, fronteira é equivalente das cidades vizinhas, associadas com as compras e vista como local desorganizado, sujo, mas, também, como possibilidades de intercâmbio cultural, de passeio e lazer. A fronteira ainda é, no imaginário dos jovens, o diferente, desconhecido, perigoso e que precisa de proteção. (Costa, 2013, p.84).

Nota-se segundo apuração do pesquisador que a juventude brasileira transita caminho à cidade fronteiriça movida pelo interesse de consumo encontrado na feira localizada no distrito de Arroyo Concepción, pertencente a cidade Puerto Quijarro, região do Oriente boliviano. Porém, cabe notar o significativo depoimento apontado por uma aluna de 15 anos, estudante do 1º ano do ensino médio “lá muitos veem como lazer ou como lugar para comprar coisas. A fronteira é como um *point*”. (Costa, 2013, p.84).

Acontecimentos que a presente abordagem tem por objetivo geral compreender as territorialidades de Lazer dos cidadãos jovens fronteiriços sul-mato-grossenses e do Oriente

boliviano na prática acadêmica, a investigação pretende observar quais as territorialidades de Lazer destes jovens quanto a estímulos de receptividade, opções de lazer e deslocamento, por meio de fins específicos para caracterizar os equipamentos de lazer e avaliar as territorialidades de maneira a estreitar a investigação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com a sequência das ações da investigação, escolheu-se um percurso metodológico de elementos sequenciais, no intuito de construir um alicerce estrutural científico. Assim, os procedimentos didáticos, prosseguem a partir de pesquisa qualitativa e exploratória, com especificação de universo e amostra, como área de pesquisa (Corumbá e Puerto Quijarro), população de pesquisa (jovens acadêmicos), tipo de amostra (entrevista semiestruturada), determinação do tamanho (10 entrevistados) e seleção dos sujeitos da pesquisa (Creswell, 2007, p, 66).

A abordagem qualitativa tem por finalidade de compreender o uso do tempo livre/lazer juvenil fronteiriço na região em questão, para explicar, identificar e demonstrar as territorialidades, mediante estratégia investigativa de seleção documental, tais como: documentos oficiais, pesquisa eletrônica (reportagens em sites de jornais) coleta de informações à campo por meio de entrevista semiestruturada e aplicação de diário de campo aos órgãos responsáveis pelos programas de ação direcionados ao seguimento juvenil.

Cenário metodológico, que se opta por procedimento científico de pesquisa exploratória, cuja teoria se concentra “em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções”. (Fleury e Werland, 2017, p.02), visto que a investigação é referente ao viver social.

O método busca a obtenção de conhecimentos inéditos, porém com metas práticas que gerem impacto. Desta maneira, os autores definem esta modalidade “como atividades em que conhecimentos previamente adquiridos são utilizados para coletar, selecionar e processar fatos e dados, a fim de se obter e confirmar resultados, e se gerar impacto”. (Fleury e Werland, 2017, p.02), “as pesquisas qualitativas de campo exploram particularmente as técnicas de observação e entrevistas devido à propriedade com que esses instrumentos penetram na complexidade de um problema” (IBIDEM, 2012, p.82). Inspeção que se reproduz na investigação em curso na atividade humana de uso do tempo livre dos jovens fronteiriços.

Procedimento metodológico de interesse científico estudado por outros intelectuais

motivados em analisar, descrever e caracterizar os passos que determinam a observação qualitativa, conforme o autor Creswell aborda o tema:

O objetivo da pesquisa qualitativa é entender determinada situação social, fato, papel, grupo ou interação (Locke, Spirduso e Silverman, 1987). Ela é, em grande parte, um processo investigativo no qual o pesquisador gradualmente compreende o sentido de um fenômeno social ao contrastar, comparar, reproduzir, catalogar e classificar o objeto do estudo (Miles e Huberman, 1984). Marshall e Rossman (1989) sugerem que isso implica imersão na vida diária do cenário escolhido para o estudo~ o pesquisador entra no mundo dos informantes e, através de interação contínua, procura perspectivas e significados dos informantes. (Creswell, 2007, p. 202).

Nota-se, de que o método qualitativo conforme descrições anteriores a predominância da abordagem caracteriza-se pela natureza social. Análises que junto a outros autores compartilham do mesmo enfoque, apontando para complexidade do evento social em pauta “pesquisadores qualitativos tentam entender o contexto ou o ambiente dos participantes visitando esse contexto e colhendo informações pessoalmente”. (Creswell, 2007, p. 26), recomendando um olhar atento por parte do pesquisador à situação em observação para assim, compreender as minúcias e profundidade do estudo. Elementos importantes para a realização de semelhanças/diferenças, identificar particularidades, relacionar dados, entre outras observações ao qual o pesquisador deve submergir de maneira ampla na vida do material, em razão do ambiente real “basear-se o máximo possível nas visões que os participantes têm da situação que está sendo estudada” (IBIDEM, 2007, p. 26) pois, os informantes são seres humanos, portanto complexos e de significados subjetivos para suas vivências.

Universo científico que se soma a técnica de coleta de material substancial de dados através da observação e aplicação, a fim de obter maior conhecimento do material escolhido.

2.1 Procedimentos de coleta de dados

A seguir o instrumento de dados selecionado consistente na estrutura da técnica qualitativa de coleta de dados, conforme os embasamentos teóricos dos autores referência a respeito do tema Teoria da Pesquisa.

Nesta perspectiva a investigação estipulou os seguintes instrumentos de coleta para alcançar a medição dos dados e a consecução da precisão, confiabilidade e validade, segundo os autores Gerhardt “et al” (2009).

2.2 Tipo de Entrevista

Foi adotada para a realização do trabalho a entrevista semiestruturada que se caracteriza

pelo estilo flexível (bate-papo direcionado) ao mesmo tempo ajustável. Estabelece ao participante e pesquisador a liberdade de comportamento assim, obtendo espontaneidade na maneira de expressar as emoções. Critério em que o pesquisador deve-se deslocar até o cenário/lugar onde se encontra seu público/participante, com o propósito de aplicar a técnica da observação do ambiente alvo, que neste estudo se concentra numa instituição acadêmica. Conceito:

Entrevista semiestruturada – O pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e as vezes até incentiva que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramento do tema principal. (Gehardt et al, 2009p. 72).

Caso que em está técnica de entrevista não diretiva (semiestruturada) o pesquisador não somente formula perguntas, ele anuncia o tema geral em evidência e guia o entrevistado a uma análise reflexiva sobre o tema aplicado “Por exemplo; - O Sr. Deseja falar de uma experiência como aluno de Pedagogia? Gostaria que falássemos sobre os partidos políticos? ” (Richardson, 2012, p.210) amostra inspiradora para a interlocução bem-sucedida do tema em questão. Ademais das precauções técnicas do entrevistador a fim de obter sucesso ao explorar o tema em foco: O Lazer Juvenil.

De acordo com Maisomieuve e Margot-Duclot, existem diversos princípios que devem ser rejeitados durante o transcurso de uma entrevista não diretiva: **Primeiro:** não dirigir o entrevistado, apenas guiá-lo e manter-se interessado no que ele fala. **Segundo,** levar o entrevistado a precisar, desenvolver e aprofundar os pontos que coloca espontaneamente. **Terceiro,** facilitar o processo de entrevista. **Quarto:** esclarecer a importância do problema para o entrevistador. (Richardson, 2012, p.210-211).

Instruções que o autor indica para o processo de uma entrevista que mediante a diretiva dos quatro princípios a serem levados em conta pelo entrevistador encaminha para o êxito.

Durante a realização da entrevista alguns procedimentos devem ser seguidos, para que a entrevista tenha êxito.

- 2.4.1 Tente criar com o entrevistado ambiente de amizade, identificação e cordialidade.
- 2.4.2 Ajude o entrevistado a adquirir confiança.
- 2.4.3 Permita ao entrevistado concluir seu relato e ajude a completá-lo comparando datas e fatos.
- 2.4.4 Procure formular perguntas com frases compreensíveis, evite formulações de caráter pessoal ou privado.
- 2.4.5 Atue com espontaneidade e franqueza, não com rodeios.
- 2.4.6 Escute o entrevistado com tranquilidade e compreensão, mas desenvolva uma crítica interna inteligente.
- 2.4.7 Evite a atitude de “ protagonista” e o autoritarismo.
- 2.4.8 Não de conselhos nem faça considerações moralistas,
- 2.4.9 Não discuta com o entrevistado. [...] (Richardson, 2012, p.218).

Para a realização da entrevista semiestruturada com visita do pesquisador *in loco*: ambiente universitário público e privado dos municípios de Corumbá/MS e Puerto

Quijarro/Santa Cruz, desta maneira aplicar em visita a entrevista aos participantes acadêmicos. Público participante: 3 (três) estudantes do período noturno da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPAN, cursos Sistema da Informação e Contábeis. Seguido de 2 (dois) acadêmicos da Faculdade Salesiana de Santa Teresa dos cursos de Enfermagem e um do curso de Direito, ambos do período noturno. Dois acadêmicos da instituição particular UniCesumar – Centro Universitário de Maringá/Campus Corumbá/MS, curso presencial de Medicina, período integral. E concluindo a investigação ocorrerá na cidade de Puerto Quijarro/BO na Universidade Técnica Privada Cosmos – UNITEPC com 3 (três) entrevistados dos cursos de Bioquímica e Medicina do período diurno. Coleta de informações que seguirá a orientação teórica à base investigativa pois, para obter dados o investigador deve se dirigir ao “Cenário natural, o pesquisador se desloca até o lugar onde se encontra seu público/participante com o propósito de aplicar a técnica da observação do ambiente alvo de escolha institucional acadêmico” (Creswell, 2007, p.187).

Mesmo a entrevista sendo semiestruturada ela exige a elaboração de um roteiro, o seguido para esse trabalho organizado de acordo com a base teórica de Richardson, que vai desde a introdução do tema, pontuando o anonimato dos entrevistados e elaboração de questões que permitem ao entrevistado respondê-las de modo mais livre, menos engessado. As perguntas visam não somente conhecer o entrevistado, como também seus hábitos de lazer seja na Bolívia ou no Brasil, incluso questionando-os sobre sua compreensão acerca do significado de “prática turística e prática de lazer”. As entrevistas ocorreram presencialmente, desse modo as respostas dos entrevistados foram transcritas manualmente. “Todo pesquisador deve sempre considerar o valor de inovar, de procurar e adequar novas estratégias de pesquisa de campo, não se atendo a textos escritos na busca por respostas. (...)” (Belei, *et al.*, 2008, p.195).

3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O processo de análise e interpretação de dados compreende imergir nos significados dos atores sociais que vivenciam a realidade que o pesquisador observa como material/conteúdo da sua investigação. Para tanto, se contemplarão a prática da técnica da análise do material qualitativo e o procedimento da interpretação dos dados Técnica de pesquisa que tem determinadas propriedades metodológicas: objetividade, sistematização e inferência. Para Bardin (2016, p.18) análise do conteúdo corresponde a dois objetivos:

A superação da incerteza: o que julgo ver na mensagem estará lá efetivamente contido, podendo esta visão muito pessoal ser compartilhada por outros?

Enriquecimento da leitura: se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá

uma leitura atenta aumentar a produtividade e pertinência? (Bardain, 2016, p.18).

Procedimento investigativo que abrange um leque de técnicas de análise das comunicações, mas para este caso o instrumento marcado é “Por em evidência a respiração de uma entrevista não diretiva” (Bardin, 2016, p.19), definição em correspondente sintonia com outros autores. P. Henry e S. Moscovici dizem, “(...) tudo que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo.” (Bardin, 2016, p.20).

Desta maneira o objetivo do método concentra-se na descrição do conteúdo da mensagem “(...) que permitam a inferência de conhecimentos relativos as condições de produção e recepção dessas mensagens”. (Gehardt *et al.*, 2009, p.84). Porém, conforme orientação de alguns autores “Excluimos do campo de aplicação da análise de tudo que não é propriamente linguístico” (Bardin, 2016, p.20).

De acordo com Bardin, os níveis de significados efetuam uma abordagem de “deduções lógicas e justificadas, referente à origem das mensagens tomada em consideração (o emissor e seu contexto, ou os efeitos dessas mensagens) ” (IBIDEM, 2016, p. 42). Assim, para caracterizar o perfil dos entrevistados sem revelar a identidade codificou-se de E1 (entrevistado/numeral), seguido de gênero (masc./fem.), idade, curso/semestre e codificação de E (entrevistado) para manter o sigilo do participante, como segue na tabela abaixo:

• ACADÊMICOS BRASILEIROS

E1: Fem., 20a, Enfermagem, 7º semestre

E2: Fem., 25a, Enfermagem, 7º semestre

E3: Masc., 28a, Direito, 7º semestre

E4: Masc., 31a, Medicina, 2º ano

E5: Fem., 20a, Medicina, 3º ano

E6: Masc. 19a, Sistema de Informação, 5º sem

E7: Masc. 28a, Direito, 4º Semestre

• ACADÊMICOS BOLIVIANOS – UNITEPC

E8: Fem., 20a, Medicina, 7º semestre

E9: Fem., 24a, Bioquímica, 5º semestre

E10: Fem., 21a, Bioquímica, 5º semestre

3.1 Lazer de Entretenimento – Corumbá/Puerto Quijarro

Nesta categoria na fluidez da conversa a respeito do tempo livre dos participantes E1 a E10 quando perguntados “Gostaria de falar sua opinião sobre o (s) espaço (s) público(s) que visitou e os realizou sozinho, com amigos ou familiares?” Eles manifestaram:

- E1: Gosto de tomar tereré no Porto e ir ao Cristo Redentor;
- E2: Levei meus parentes de fora para visitar o museu (MUPHAN) e sempre vou ao Porto para tomar tereré;
- E3: Fui passar o dia no balneário *Los Jasmines*, com meus amigos e tomar tereré no Porto;
- E4: passeio com os amigos no balneário *Los Jasmines* e as vezes vou ao Cristo Redentor;
- E5: Fui a passeio com meus amigos do curso de Medicina Unitepc;
- E6: Já visitei com meus familiares o balneário e também gosto de ir ao Porto;
- E7: Sempre que posso vou com minha namorada passear no porto e no Cristo.
- E8: Voy con mis amigos y familia a la bahía (Porto Geral)
- E9: Voy a la bahía (Porto Geral) con mi familia.
- E10: Me gusta ir al Cristo, porque es bonito.

Evidência que demonstrou a territorialidade dos jovens nos espaços públicos do Mirante do Cristo Redentor, Museu de História do Pantanal – MUPHAN, Região Portuária conhecida como Porto Geral, ademais de se reunirem com os familiares ou amigos para o tradicional hábito regional de tomar tereré nestes locais e na localidade de Puerto Quijarro a área que mais se destacou foi o Balneário “*Los Jasmines*” também praticando a socialização do lazer de entretenimento em companhia de familiares ou amigos.

3.2 Lazer Recreativo

A partir das conversas/entrevistas em que o tema questionado “No seu tempo livre pratica algum esporte?” sendo afirmativas a contestação dos entrevistados E3 a E9:

- E3: Practico Cross Fit e jogar sinuca.
 - E4 e E5: Participo do projeto de extensão Atlética Sanguinária do curso de Medicina.
 - E6: Practico Voleibol
 - E7: Todo sábado jogo futebol com meus amigos
 - E8: Me gusta jugar voleibol
 - E9: Juego voleibol.
- Quanto ao lazer inativo os entrevistados E1, E2 e E10 disseram não praticar nenhum esporte no tempo livre:
- E1: Não pratico.
 - E2: No momento não prática, porque não dá tempo.
 - E10: No practico ningún deporte porque tengo quehaceres en mi casa.

Apuração que não somente expressa o uso do tempo de lazer em atividades físicas como atuantes na recreação esportiva, mas também de interação social, expressas nos tipos de atividades físicas: *cross fit*, voleibol, futebol, participação em projetos de extensão de recreação

esportiva,

3.3 Lazer De Cultural

De acordo com o uso do tempo livre dos jovens participantes a partir do interesse em frequentar acontecimentos socioculturais, quando indagada a questão “No uso do seu tempo livre, participa de eventos culturais, como exemplo shows, eventos culturais e festividades locais.” Foi comum a afirmação de frequentarem o Festival América do Sul, Banho de São João, Carnaval e Shows musicais.

E1: Participo do Festival América do Sul, São João e Carnaval.

E2: Gosto do Festival América do Sul, São João

E4: Gosto muito de ir à festa junina de São João e Festival América do Sul.

E5: Sempre participo do Festival e São João no porto.

Atitude que a este respeito o entrevistado disse se interessar por shows: “E6: Gosto muito de ir aos shows musicais e E7: Participo dos eventos culturais e musicais.”. Já a participante boliviana disse “E8: Me gusta ir a las presentaciones del Moinho Cultural”

Assim, os principais eventos citados foram: Festival América do Sul, Banho de São João, Carnaval e Shows musicais, igualmente houve quem não se identificasse com este tipo de categoria nas falas seguintes: “E3: Não participo e E9: No voy a ningún evento.”

Desta maneira ao considerar o tratamento das entrevistas alinhou-se as evidências da apuração dos dados levantados durante o Desempenho Operacional elencando a investigação à administração pública municipal, ação comunitária e os projetos de extensão acadêmica. Para tanto se mapearam as unidades de políticas públicas (Secretaria Municipal de Assistência e Cidadania, Superintendência de Políticas Públicas para a Juventude, Fundação de Esporte de Corumbá, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Secretaria de Estado e Educação MS, Secretaria Municipal de Educação de Corumbá/MS) programas comunitários (Instituto Novo Olhar e Programa Crianças e Adolescentes Felizes) e projetos de extensão universitária (Atlética Medicina Unicesumar, Programa MS Desporto Escolar, Pró-reitora de Extensão Cultura e Esporte – UFMS, Primeiro torneio Nacional Amateur de Tênis de Mesa – Unitepc),

4 TRATAMENTO DAS PESQUISAS

Considerando a aplicação do método do Diário de Bordo do pesquisador, o levantamento das informações nas visitas técnicas aos órgãos responsáveis pelo segmento juvenil obteve-se apontamentos específicos mapeando a organização das políticas públicas municipais.

Administração pública que na funcionalidade da Superintendência de Políticas Públicas a Casa da Cidadania em harmonia com a Gerência de Políticas Públicas para a Juventude, a planeja suas ações por meio de eventos mensais de maneira ampla, ou seja, com atendimento a juventude geral de 15 a 29 anos, em modalidades diversas de interesse juvenil e entre estas o esporte recreativo é um dos temas em evidência, segundo conversa com o gerente de políticas públicas da juventude.

Visitação investigativa a órgão municipal da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania que em diálogo com a assistente social relatou que o trabalho central consiste em medidas de apoio social de assistencialismo coordenadas com os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, ativando ações a programas, projetos, eventos, serviços e benefícios, etc. de maneira abrangente. Projetos sociais em que a participação do público jovem dificilmente ou pouco assiste a estas ações sociais, segundo informação a assistente social entrevistada e quando, questionada sob atividades recreativas na modalidade esporte, disse que não há, pelo fato da rara presença juvenil.

Situação que Casa dos Conselhos - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o órgão municipal trabalha com o Estatuto da Criança e do Adolescente também se contatou que as políticas da juventude são tratadas de maneira abrangente, sem marcação de faixa etária, disponibilizando atendimento a todo cidadão que necessite de assistência cidadã, desde a infância à velhice, segundo informação da secretaria responsável pela pasta.

Demonstração governamental que na ação da política esportiva, a organização municipal e estadual do estado sul-mato-grossense aciona as políticas públicas do Desporte e lazer, mediante o desempenho administrativo da Fundação de Esporte de Corumbá – FUNEC, que em processo metodológico o assessor esportivo descreve as ações esportivas “acontecerem somente nas escolas do município seguindo um calendário de eventos esportivos da juventude (15 a 17 anos) ” (ROSÁRIO, 2025), programação de competições escolares a nível municipal e estadual, mas sem integração fronteiriça.

No campo da estruturação estadual a Fundação de Desportos e Lazer de Mato Grosso do Sul, - FUNDESPORTE, através do projeto escolar Proesc, difunde a prática do Lazer esportivo, pois em diálogo com o professor em Educação Física participante do programa, diz treinar a modalidade de: “Futsal na escola Dom Bosco desde 2013 até os dias atuais na categoria feminino e masculino de 12 a 14 anos” e relata sob o projeto:

(...) atende todas as escolas estaduais, mas é cada escola, ela tem um professor que atende o programa né? Em cada modalidade esportiva que é contemplado. Um exemplo aqui no Dom Bosco nós temos basquete, handebol, futsal, Badminton, tênis de mesa, aí cada modalidade esportiva tem um professor e quantidade de horas para treinar, aí tem outras escolas Maria Helena e são outros

professores. (Mendonça, 2025).

Políticas inovadoras que promovem iniciativas esportivas manifestando-se no cotidiano universitário. Prática que em inspeção técnica a unidade acadêmica UniCesumar, o diretor disse: “a universidade do Polo de Corumbá/MS, tem um Projeto de Extensão chamado *Atlética de Medicina*, os alunos interessados participam das diversas modalidades” (Mello, 2005). Viver esportivo em que as políticas públicas integram as unidades acadêmicas nos programas curriculares nas modalidades diversas, atividade não apenas do universo acadêmico brasileiro, mas também da metodologia boliviana, corroborada na realização do primeiro torneio de tênis de mesa entre os alunos dos polos da universidade privada boliviana UNITEPC, divulgado no site oficial o *Primer Torneo Nacional Amateur de Tenis de Mesa*, 2024.

Ações esportivas que em atenção a universalização do esporte e lazer juvenil, programas de fomento social mostram dentro de seus planos a promoção a atividades esportivas. Caso do Instituto Novo Olhar, que em entrevista a um dos idealizadores o vereador E. Santos disse e quando questionado sobre o lazer recreativo na modalidade esporte disse “nosso programa já representou Corumbá no Campeonato Brasileiro de Judô, categoria juvenil”.

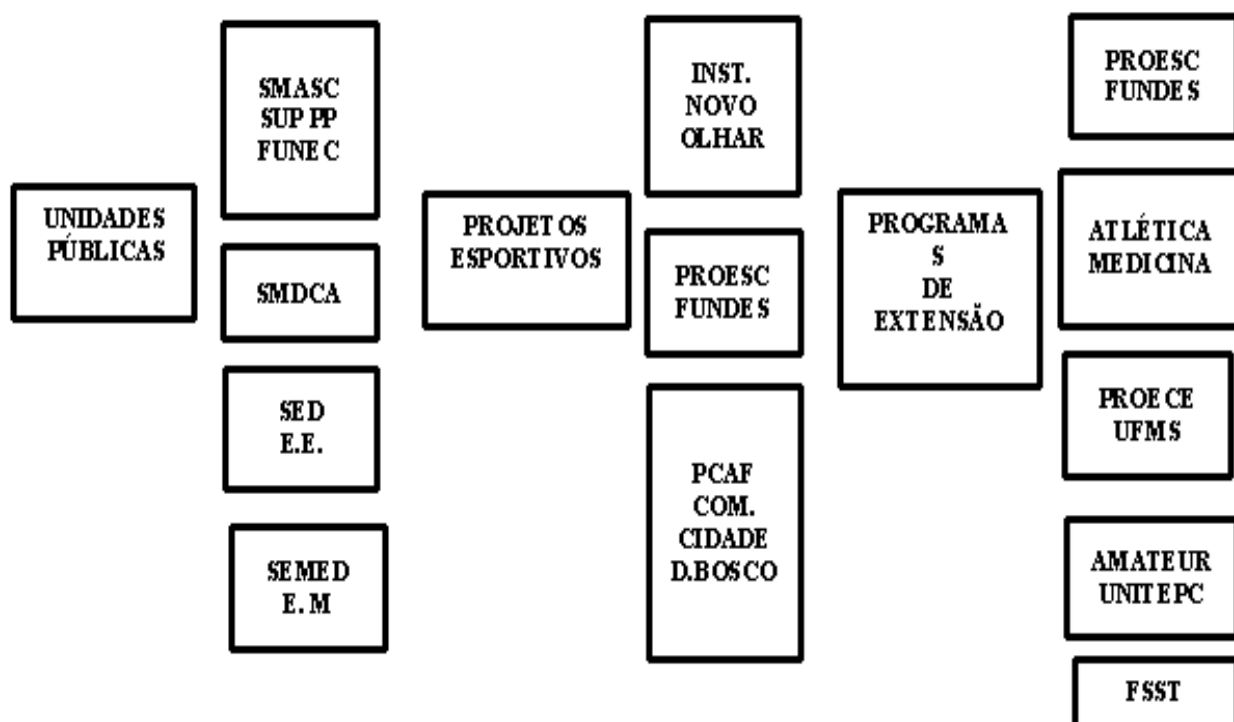
Outro projeto social conhecido por PCAF - Programa Crianças e Adolescentes Felizes, em diálogo com o coordenador Fernando comenta que entre as diversas atividades de contra turno escolar, trabalha a recreação esportiva com os jovens de 12 a 18 anos nas modalidades de Futsal e Voleibol.

Assim, a metodologia aplicada mapeou a ação das políticas públicas da gestão pública, projetos esportivos estudantis e universitários, como também se abordou algumas instituições sociais, fundamentados na valorização do uso do tempo livre, mas sem nenhum programa de integração fronteiriça no seguimento juvenil acadêmico. Todos planejam e executam o programa de lazer recreativo no ambiente regional e nada se fomenta a nível integrador entre as cidades Corumbá/Puerto Quijarro.

Referências da administração pública que se somaram a captura de informações obtidas no cenário universitário, através de entrevistas semiestruturadas para melhor compreender o uso do tempo livre/lazer juvenil fronteiriço na região em questão e poder explicar, identificar e demonstrar as unidades de análise. Desta maneira, se investigaram alguns acadêmicos das universidades: UniCesumar, FSST, UFMS UNITEPC, pois na metodologia da comunicação de dados “O estudo exploratório permite, portanto, aliar as vantagens de se obter os aspectos qualitativos das informações à possibilidade de quantificá-los posteriormente”. (Piovisan e Temporini, 1995, p. 322), de tal modo que o resultado das informações foram organizadas em

categorias, unidades de análise e narrativas para traçar o perfil do entrevistado, identificar as territorialidades de uso público, demonstrar o uso do tempo livre nas categorias de lazer recreativo modalidade esportiva e de entretenimento.

DESEMEENHO OPERACIONAL DIÁRIO DE CAMPO



5 PROPOSTA DE AÇÃO

Considerando o estabelecimento de um ambiente que estimule o Lazer Esportivo e integre os participantes/acadêmicos das universidades de Corumbá e Puerto Quijarro, segue a proposta de Jogos Universitários Fronteiriço. Pois por mais que haja espaços de lazer como os citados pelos universitários, faltam ações que integrem ambos os lados e o espaço acadêmico pode se transformar em um espaço de integração e compartilhamento. Abaixo segue a proposta de um projeto passível de acontecer devido à proximidade não somente territorial, mas a proximidade humana.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

	PROPOSTA JOGOS UNIVERSITÁRIOS FRONTEIRIÇO	
		

I. NÚMERO DE CADASTRO DO PROPONENTE

Proponente:
Cidade:
Endereço:
Contato:
E-mail:
CNPJ:
Nome do Responsável:

II. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: PLANO ANUAL DE LAZER ESPORTIVO – ESPORTE UNIVERSITÁRIO
Manifestação Esportiva: Acadêmico
Modalidade do Projeto:
Futsal
Tênis de Mesa
Voleibol

III. PERÍODO DE EXECUÇÃO PREVISTO

Data da assinatura do termo de compromisso:
Duração:

IV. BREVE DESCRIÇÃO DO PÚBLICO BENE FICIÁRIO

Público-alvo	17 a 29 anos
Total de Acadêmicos:	

V. OBJETIVOS

Geral: Promover a Integração Universitária Fronteiriça por meio da prática esportiva.
Específico:
Estimular o Lazer Esportivo acadêmico;
Incentivar a prática esportiva.

VI. METODOLOGIA:

Considerando a formação e capacitação acadêmica com o desenvolvimento esportivo, pretendendo seguir as diretrizes da UFMS/CPAN na seguinte esquematização: a) auditório destinado a cerimônia de abertura e encerramento do evento, b) a quadra esportiva será o local principal para as competições das modalidades de Futsal, Tênis de Mesa e Vôlei.

VII. JUSTIFICATIVA

Levando em conta as ações esportivas estarem consolidadas na vida universitária, fundamenta-se a promoção recreativa na categoria Lazer Esportivo, visando estimular a integração social.

VIII. METAS**QUANTITATIVAS:**

- * Atender a um número considerável de acadêmicos bolivianos e brasileiros;
- * Realizar pelo menos 1 (um) evento por ano.

QUALITATIVAS:

- * Oportunizar a integração acadêmica
- * Ampliar a socialização da atividade esportiva.

ESTRATÉGIA DE AÇÃO:

Planejamento do projeto atendendo a Solicitação de Demanda, Estudo Técnico Preliminar – ETP e Memória de Cálculo, para atender a estrutura administrativa de despesas e serviços de produção.

IX. ESTRATÉGIA DE AÇÃO:

1. RECURSOS HUMANOS:
2. DOCENTE:
3. ENCARGOS FINANCEIROS:
4. CAMISETAS:
5. MATERIAL DE CONSUMO ESPORTIVO:
6. MATERIAL PERMANENTE /EQUIPAMENTO
7. DIVULGAÇÃO/PROMOÇÃO

Desta maneira, considerando as evidências da apuração dos dados levantados durante o Desempenho Operacional elencou-se inicialmente a administração pública municipal, ação comunitária e os projetos de extensão acadêmica. Para tanto se mapearam as unidades de políticas públicas (Secretaria Municipal de Assistência e Cidadania, Superintendência de Políticas Públicas para a Juventude, Fundação de Esporte de Corumbá, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Secretaria de Estado e Educação MS, Secretaria Municipal de Educação de Corumbá/MS) programas comunitários (Instituto Novo Olhar e Programa Crianças e Adolescentes Felizes) e projetos de extensão universitária (Atlética Medicina Unicesumar, Programa MS Desporto Escolar, Pró-reitora de Extensão Cultura e Esporte – UFMS, Primeiro torneio Nacional Amateur de Tênis de Mesa – Unitepc), observou-se a necessidade de um projeto de integração acadêmica fronteiriça. Portanto, se elaborou a proposta de Jogos universitários a seguir.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no objetivo geral em compreender o viver juvenil na região limítrofe Sul-Mato-Grossense (BR) com o Oriente boliviano (BO) juntamente com os propósitos específicos de identificar e demonstrar e explicar o uso do tempo livre/lazer juvenil elencaram-se argumentos teóricos e investigação a campo ao longo da análise realizada. Neste sentido partiu-se do cenário regional em busca de alicerces históricos que apresentem a formação deste território em todos seus matizes: sociais, econômicos, políticos, culturais e consequentemente seu uso como localidade pendular. Ocorrência que se observou a fronteira ser um espaço/área gerador da construção social e cotidiana de cada área delimitada a partir dos estudos do etnólogo e geógrafo alemão *Friedrich Ratzel* e a escola francesa do historiador *Lucien Febvre* que conectou o fator fronteira à relação do homem.

Conexão territorial dinâmica que atravessa o físico para construir laços sociais com a comunidade gêmea, construindo assim um território fértil gerador de um viver fronteiriço peculiar onde a mobilidade humana é cotidiana, mas ao mesmo tempo se submetem as legislações designadas por cada Nação as quais também, se encontram sobre a direção das diretrizes da ONU e UNESCO e outros processos de legislação governamental: Evaluación de avances en la implementación del Plan Estratégico de Acción Social (PEAS), articulações documentais de destaque: Secretaria Nacional de Juventude (2005), Balanço da Secretaria Nacional da Juventude, Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE 2013, cap. I seção VIII, art. I e 39º). Seguido da estruturação da Jurisdição boliviana (Ley de la Juventud nº 342, 2013) e brasileira (Lei nº12.852, 2013) Instituto Social do MERCOSUL (ISM) e o Fundo de Povoação das Nações Unidas (UNFPA), entre outras.

Avanço significativo para a indagação de como é viver na fronteira na etapa juvenil, abordagem que por meio das produções científicas procurou se demonstrar um pouco do cotidiano dos jovens em zona limítrofe. Considerações que se explicaram com debates sobre outras regiões, como no caso da coletânea Juventudes e Fronteiras no Mercosul debates que destacam as cidades fronteiriças de Foz do Iguaçu (BR) - Ciudad del Este (PY), Rivera (UY) - Santana do Livramento (BR), Concordia (AR) – Salto (UY) e Encarnación (PY) – Posadas (AR). No entanto, somente na produção de Costa (2013) abordagem da fronteira Corumbá/Brasil e Puerto Quijarro/Bolívia em o estudo a respeito das motivações da mobilidade juvenil e seu dia a dia se manifestam.

Neste sentido aprofundou-se na periodização histórico político para atestar o desenlace governamental no campo da garantia dentro dos direitos fundamentais de proteção social em

prioridade de amparado no Estado Democrático de Direito representados nas ações públicas destinadas à juventude, classe socialmente construída que manifestou um sistema institucional de responsabilidades sociais (centros educacionais, família, etc.) a cargo do Estado por meio de políticas públicas universais alinhados a um sistema administrativo.

Assim, ratificar o projeto das políticas públicas desde o macro até o micra ação de funcionamento das medidas municipais e a respectiva normatização das leis para a juventude, criação do Dia comemorativo, política esportiva, ações sociais ligadas as atividades de recreação esportiva e a democratização do esporte e lazer.

Contexto que em serviço técnico a campo pode-se notar a falta de integração esportiva acadêmica entre os municípios de Corumbá e Puerto Quijarro, visto que na universalização do uso do tempo livre a atividade esportiva é comum na vida esportiva dos jovens que frequentam a escola e estendendo nos programas de extensão acadêmica, igualmente nas ações institucionais de cunho social, visto as evidências encontradas através das conversas/entrevistas que mapearam o perfil do entrevistados de 43% feminino e 57% masculino, faixa etária de 19 a 31 anos, nos diversos curso de Medicina, Enfermaria, Direito, Sistema da Informação e Bioquímica, os quais utilizam o tempo livre nas categorias de atividades de Lazer Recreativo, L. de Entretenimento e L. Cultural.

Desta maneira, a investigação aguarda futuras contribuições para o estudo do esporte recreativo no campo juvenil pela dinâmica com que este segmento conquistou não somente o público juvenil, mas também as políticas públicas inovadoras de alcance a todas as idades e modalidades.

7 REFERÊNCIAS

ANCEL, Jacques. La geografía de las fronteras: El método. Geopolítica (s) **Revista de estudios sobre espacio y poder**. ISSN: 2172-3958. EDICIONES COMPLUTENSE. Disponível em: 8Ancel2016LageografiadelasFronteras.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. – São Paulo. Edições 70, 2016. 3ª reimpressão da 1ª edição. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BELEI, Renata Aparecida, *et al.* (2008). **O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa Qualitativa**. Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [30]: 187 - 199, janeiro/junho 2008.

BOLÍVIA. **Asamblea Legislativa Plurinacional cámara de diputados**. La Paz 7 de junio de 2023. Disponível em: <https://diputados.gob.bo/wp-content/uploads/2023/06/PL-391-2022-2023.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BOLIVIA. *LEY 342 de 5 de febrero de 2013. Ley de la Juventud. Decreto Supremo 1893 De 5 De Febrero De 2013 Evo Morales Ayma Presidente Constitucional Del Estado Plurinacional De Bolivia*. Disponível em: <https://bolivia.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/LEY%20342.pdf> . Acesso em: 31 de out. 2023.

BOLÍVIA. Características Socioeconómicas De Las Juventudes En Las Ciudades Fronterizas Del Mercosur. **Asunción. Juventudes y Frontera en el Mercosur**. ISM-UNFPA (2020). UNFPA. 2020. Disponível em: <https://www.ismercosur.org/es/publicaciones/biblioteca/download-info/caracteristicas-socioeconomicas-de-las-juventudes-en-las-ciudades-fronterizas-del-mercosur/>. Acesso em: 25 de jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 2013**. Brasília: DF. Presidência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 15 de out. 2024.

BRATICEVIC, Sergio; TOMMEI, Constanza; RASCOVAN, Alejandro. **Bordes, límites, frentes e interfaces: algunos aportes sobre la cuestión de las fronteras**. El Colegio de la Frontera Norte, 2017.

COSTA, Edgar Aparecido da. **DOSSIER** Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil [65-86] ISSN 1852-7175. 2013. Visitado em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Documents/TCC%202021/Documentos/Mobilidade%20e%20Fronteira.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes; consultoria, super visão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. - 3. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.: il. Disponível em: file:///C:/Users/kemarquez/Downloads/Livro_CRESWELL_John_W_PROJETO_DE_PESQUI.pdf. Acesso em: out. 05 de 2024.

DUMAZEDIER, Joffre. Sociologia Empírica do Lazer. Direitos em língua portuguesa reservados. **EDITORA PERSPECTIVA S.A.** Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3025, 01401 - São Paulo – Brasil. 1979.

GOMES, Christianne; PINTO Leila. **O lazer no Brasil**: Analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. (2009). Disponível em: <https://grupootium.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/06/livro-1-lazer-brasil.pdf>. Acesso em 7 abr. 2024

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Editora Nova Alexandria, 2019.

LE Corbusier. **A Carta de Atenas**. 1993. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2974977/mod_resource/content/3/aula12_Corbusier_Le_A_Carta_de_Atenas.pdf. Acesso em: 20 de jun. 2023.

MACHADO, Lia Osorio¹. Limites, Fronteiras, Redes. Em T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (**org.**). *Fronteiras e Espaço Global*, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MARQUES, Angela Maria. Fronteira e saúde: Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Bolívia) e Corumbá (Brasil). **Boliviana no Brasil**, p. 297, 2012.

MARTINS, Laís, B. **Tempo livre e Lazer: usos e opiniões da juventude local sobre os equipamentos públicos do Lajeado (SP)**. Dissertação (Mestre em Sociologia da Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2014.

MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do Welfare State no Brasil**: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990. Artigo (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do IPEA) RCIPEA - Repositório do Conhecimento do IPEA. Brasília, dez.2001. ISSN 1415-4765. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2058/1/TD_852.pdf. Acesso em: 30 de jul. 2023.

MELO, Victor Andrade de; JUNIOR, Edmundo de Drummond Alves. **Introdução ao Lazer**. 2023. Disponível em: <http://pdpa.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/Livro-Introducao-ao-Lazer-PDF-Luiz-Otavio-Neves-Mattos.pdf>. Acesso em: 20 de fev.2024.

MINAKAWA, Jeruza dos Santos Santiago et al. Imigrantes nas universidades Brasil (Corumbá)/Bolívia (Puerto Quijarro): interação entre alunos brasileiros e bolivianos. V **Seminário de Estudos Fronteiriços**, p. 1-13, 2015.

MORGENROTH, Alexssandro. **Os sentidos de Lazer, Lúdico e Educação para jovens socialmente vulneráveis no município de Toledo/PR**. Cascavel – PR 2017. Dissertação (Mestre em Sociedade, Estado e Educação) Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel.

NASCIMENTO, Thaianne Bonaldo do; MARIN, Elizara Carolina. **Algunos aportes sobre la cuestión de las fronteras interfaces entre juventude e lazer mercaderia**, apresentado 11º Congreso Argentino y 6º Latinoamericano de Educación Física y Ciencias. 28 de septiembre al 10 octubre de 2015 Memoria Académica, repositorio institucional de la Facultad de

Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE) de la Universidad Nacional de La Plata. Gestionado por Bibhuma, biblioteca de la FaHCE.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária. **Ateliê geográfico**, v. 1, n. 2, p. 27-41, 2007.

OLIVEIRA, MARCO AURELIO MACHADO. O ambiente fronteiroço: traços intangíveis e realidades sinuosas. **Revista GeoPantanal**, v. 11, n. 21, p. 13-22, 2016.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de saúde pública**, v. 29, p. 318-325, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/fF44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de sep. 2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Uila Castanheira Queiroz. **Práticas de lazer de estudantes do curso de educação física**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em Educação Física) UBERLÂNDIA. 2019.
RICHARDSON, Roberto Jarry, et al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 4 Roteiro de um Projeto de Pesquisa. p. 55-69. 3ª Ed. 14ª reimpressão. São Paulo. Atlas: 2012.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1ª.ed. – São Paulo, 2011.

TOSTES, Taís Rodrigues de Souza. **Territorialidades no espaço público urbano: uma análise de praças na cidade de Vitória (ES)**. 2017.

XAVIER, Lauzie Michelle Mohamed e SILVA, Beatriz Lima de Paula. Análise histórica do crescimento urbano da cidade de Corumbá/BR na fronteira Brasil/Bolívia. **Revista GeoPantanal** • UFMS/AGB • Corumbá/MS • N. Especial • 265-276 • 2017